



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Quais os fatores decisivos para os jovens se mudarem para o interior?

Beatriz Fernandes Catarino

Mestrado em Políticas Públicas

Orientador:
Doutor Raul Lopes, Professor Associado,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Quais os fatores decisivos para os jovens se mudarem para o interior?

Beatriz Fernandes Catarino

Mestrado em Políticas Públicas

Orientador:
Doutor Raul Lopes, Professor Associado,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024

Aos meus pais, por todo o amor e apoio incondicional.

À minha irmã, pela inspiração.

À minha avó.

Ao Professor Doutor Raul Lopes, por toda a disponibilidade, apoio, críticas, conselhos e conhecimento transmitido.

Aos meus amigos, em especial à Bea e à Jô, por todas as palavras de motivação e amizade.

A todos aqueles com quem me cruzei durante o meu percurso académico, por terem contribuído para ter chegado até aqui.

Ao João Tiago, à Felisbela e à Mariana, por toda a disponibilidade e apoio.

À Câmara Municipal de Mação, pela forma como me acolheram no estágio, em especial à Margarida Lopes pela oportunidade e excelente coordenação, e ao Vasco Estrela pela amizade e valores que representa.

A todos, o meu obrigada.

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo compreender as motivações dos jovens quando escolhem o seu local de residência, nomeadamente a escolha de residir em ambiente urbano ou rural. Para tal, esta investigação inclui o estado da arte, análise de políticas públicas e a realização de inquéritos a jovens urbanos e rurais.

As conclusões desta investigação permitem afirmar que as políticas públicas desempenham um papel fundamental em criar condições e oportunidades para que os jovens tomem a decisão de deixar a cidade para trás e mudar de residência para o interior, nomeadamente através de políticas que incentivem e possibilitem a criação de mais e melhores condições de emprego especializado.

Palavras-chave: emprego, políticas públicas, interior, jovens

Abstract

This dissertation aims to understand the motivations of young people when choosing their place of residence, particularly the choice of living in an urban or rural environment. To achieve this, the research includes a review of the state of the art, an analysis of public policies, and surveys conducted with urban and rural youth.

The conclusions of this research suggest that public policies play a crucial role in creating conditions and opportunities for young people to make the decision to leave the city behind and move to rural areas. This is primarily achieved through policies that encourage and facilitate the creation of more and better opportunities for specialized employment.

Keywords: employment, public policies, rural areas, youth

Glossário de siglas

UE	União Europeia
ONU	Organização das Nações Unidas
ESPO	Rede Europeia de Observação para o Desenvolvimento Territorial e Coesão
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo.....	iii
Abstract.....	v
Glossário de Siglas	vii
Introdução	1
Capítulo 1 - Enquadramento teórico: entre o mundo rural e o mundo urbano	3
1.1 O mundo rural	3
1.1.1 Noção de ruralidade na sociedade contemporânea.....	3
1.1.2 Desvantagens do espaço rural	6
1.1.3 Atratividade do espaço rural	10
1.2 O sistema urbano	13
1.2.1 Atratividade do espaço urbano	13
1.2.2 Handicaps do espaço urbano	16
1.3 Políticas de desenvolvimento regional: atração de jovens para o interior desde 2015	19
1.3.1 Medidas de atração de jovens para o interior	19
Capítulo 2 – Análise de resultados	23
2.1 Justificação do estudo de caso, metodologia adotada e caracterização da amostra de estudo	23
2.2 Os jovens e a cidade	25
2.2.1 Inquérito aos jovens que residem em ambiente urbano	25
2.3 A mudança para o meio rural	28
3.2.1 Inquérito aos jovens que residiam na cidade e mudaram a residência para o interior	29
2.4 Comparação dos resultados dos dois inquéritos	31
2.5 Relação entre as variáveis demográficas e as motivações para a escolha residencial	33
2.6 Dinâmicas de migração interna: comparação das motivações e perceções dos jovens em contextos urbanos e rurais	35
Conclusão	38
Bibliografia	40
Anexos	46

Introdução

Nas últimas décadas, tem-se assistido a um crescente desequilíbrio demográfico entre as regiões urbanas e rurais, tanto a nível europeu como em Portugal. O litoral concentra a maior parte da população e dos recursos económicos, enquanto os territórios do interior enfrentam desafios como a desertificação, o envelhecimento populacional e a falta de oportunidades de emprego, especialmente para os jovens. Este fenómeno de concentração urbana tem suscitado diversas preocupações políticas e sociais, levando à criação de medidas que visam atrair e fixar populações, em particular jovens, nas regiões do interior.

No contexto português, a migração dos jovens para as grandes cidades tem sido impulsionada por fatores como a busca por melhores oportunidades de emprego, acesso a serviços e maior qualidade de vida associada à vida urbana. No entanto, a crescente pressão sobre os centros urbanos, com o aumento do custo de vida e a saturação de serviços, tem levado a uma revalorização do espaço rural, principalmente entre aqueles que procuram maior qualidade de vida, tranquilidade e uma maior conexão com a natureza.

Esta dissertação tem como objetivo explorar os fatores que influenciam a decisão dos jovens em mudarem-se para os territórios do interior, analisando as dinâmicas entre os contextos urbano e rural. Adicionalmente, pretende-se compreender o papel das medidas implementadas desde 2015 para atrair jovens para o interior, avaliando a sua eficácia e os desafios enfrentados no processo.

Inicialmente, o Capítulo 1 ‘Enquadramento teórico: entre o mundo rural e o mundo urbano’ fará uma análise da literatura existente sobre o espaço urbano versus o espaço rural, tanto a nível europeu como português, explorando as principais vantagens e desvantagens de residir em ambos os contextos. Este capítulo incidirá, também, sobre as medidas adotadas para atrair jovens para o interior, desde 2015, analisando os instrumentos e resultados destas políticas.

O Capítulo 2 ‘Análise de resultados’ apresentará os dados recolhidos a partir dos inquéritos realizados a dois grupos: jovens que migraram para o interior e jovens que permanecem nas zonas urbanas do litoral, de forma a comparar as suas motivações e perceções sobre os desafios e oportunidades de cada território. É realizada uma análise descritiva e explorada a relação entre várias variáveis. Neste capítulo, será também feita uma discussão dos resultados, com o intuito de identificar padrões e relações entre os fatores que influenciam as decisões dos jovens e o impacto das medidas adotadas.

Por fim, termina-se esta dissertação retomando a questão de partida da presente investigação, expondo as conclusões relevantes retiradas da análise de resultados, e referindo as limitações do presente estudo, bem como futuras linhas de investigação para aprofundar o conhecimento sobre esta temática.

CAPÍTULO 1 – Enquadramento teórico: entre o mundo rural e o mundo urbano

Neste primeiro capítulo pretende-se apresentar as noções relacionadas com o meio rural e o meio urbano, considerando as suas características e dinâmicas distintas. Mais concretamente, são exploradas as perceções dos jovens em relação ao meio rural. São examinados os motivos que influenciam a sua decisão de migrar para as áreas urbanas, de permanecer no meio rural ou regressar a este. Uma abordagem e compreensão abrangente das perspetivas dos jovens em relação ao meio rural, contribuindo para uma reflexão sobre políticas e estratégias de desenvolvimento rural que possam atrair e reter os mais jovens nestes territórios.

Igualmente, este capítulo examina as diversas medidas implementadas desde 2015 com o objetivo de atrair jovens para as regiões do interior do País. Inicialmente, abordaremos as políticas públicas e iniciativas específicas que foram desenhadas para reverter a tendência de migração dos jovens para os centros urbanos. Em seguida, analisaremos os instrumentos utilizados na implementação dessas medidas, bem como, apresentaremos uma avaliação dos resultados alcançados até o momento.

1.1 O mundo rural

1.1.1 Noção de ruralidade na sociedade contemporânea

A noção de ruralidade na sociedade contemporânea passou por transformações significativas devido a uma série de fatores, incluindo mudanças económicas, sociais, tecnológicas e culturais. Enquanto, tradicionalmente, o termo "rural" estava associado principalmente a áreas agrícolas e comunidades afastadas, a compreensão contemporânea é mais complexa e abrange um conjunto mais amplo de realidades.

Abramovay (2003) indica três características básicas do meio rural: a) a proximidade da natureza, b) a baixa densidade populacional, e c) a dependência dos centros urbanos.

No primeiro caso, o autor refere que o modo de vida rural está intrinsecamente ligado ao contato direto com o meio natural, diferenciando-se da vida urbana nesse aspeto. A segunda característica aborda a dispersão populacional e a relação dos habitantes entre si, que pode ser definida pela economia da proximidade, por um conjunto de laços sociais que valorizam relações diretas de interconhecimento. Por último, o terceiro aspeto diz respeito à relação entre o mundo rural e as cidades, de onde vem parte crescente das rendas das populações rurais (Marques, 2023). As áreas rurais são polarizadas por pequenos ou médios aglomerados

que oferecem serviços e infraestruturas básicas (Tugault, 1998), as "small towns", que são lugares distintos das cidades e desempenham funções económicas essenciais. Estes locais, conhecidos como pólos rurais, mantêm uma forte complementaridade com as áreas circundantes.

O conceito de 'rural' tem sofrido, ao longo do tempo, uma evolução, mantendo-se, contudo, fiel às três dimensões principais – (1) a função económica; (2) a relação com o espaço urbano; e, (3) o quadro de valores e modos de vida.

De acordo com a primeira dimensão, os territórios rurais desempenharam diferentes papéis e funções ao longo da história dependendo da conjuntura socioeconómica de cada época. Até à Segunda Guerra Mundial o rural foi tido como reserva da economia urbana com a função de produção de alimentos. Com a Segunda Guerra Mundial o sector agrícola deixa de ser apenas uma reserva da economia urbana, tornando-se indispensável na balança comercial dos países. Impunha-se, por isso, a necessidade de modernização agrícola visando uma nova fase da industrialização da Europa. Já nos anos 80 do século XX emerge a ideia do fim do rural. Esta não implica a dissolução do mesmo, mas sim a transformação deste e da agricultura e o aparecimento de novas funções (Serra, 2013). Tal como no resto da Europa, também em Portugal, até meados do século XX, o meio rural era entendido como fornecedor de bens de consumo, desde produtos agrícolas, à água, e à caça. Nos anos 70 assistiu-se à reforma agrária e ao impacto da Política Agrícola Comum, que levou a que os campos portugueses fossem abandonados, restando poucos proprietários a gerir as suas terras. Aliado a estes fatores, também a alfabetização da população e o descrédito por funções agrícolas, que são difíceis e duras, levaram a que o território rural português abandonasse a sua principal função – a agrícola – e passasse a ter, predominantemente, os serviços como a sua força económica principal, empregando a maioria da população ali residente. O turismo surge como um instrumento ao relançar a dinâmica destes espaços rurais, através da criação de políticas de desenvolvimento que promovem os recursos locais e a diversificação das atividades rurais (Reis, 2012), capazes de responder a uma procura por parte da população urbana que quer um escape ao seu quotidiano. Assim, além dos empregos relacionados com o setor terciário, surgem novas funções no meio rural como a hotelaria, a gastronomia, a organização de passeios pedestres e caçadas para os turistas urbanos.

Em segundo lugar, é verdade que a população urbana, tanto na Europa como em Portugal, tem aumentado cada vez mais, sendo atualmente 38% da população da União

Europeia¹. Contudo, esta população europeia urbana vive em cidades de média e pequena dimensão, nomeadamente nos territórios de baixa densidade, como no caso português. Cidades como Castelo Branco ou Fundão, apesar de situadas em territórios considerados de baixa densidade, têm hoje alguns dos elementos que contribuem para fortalecer a tendência à reversão das dinâmicas populacionais e económicas negativas que têm caracterizado estes territórios, face ao despovoamento ocorrido (Vaz, 2017). Estas cidades têm presente elementos tanto de urbanidade como de ruralidade, tornando-os núcleos dinamizadores dos territórios de baixa densidade, podendo, desta forma, alterar o panorama demográfico desfavorável destes territórios (Vaz, 2017).

Assim, o facto de existirem diferenças entre os territórios rurais e urbanos não os torna entidades autónomas e autossuficientes, como outrora eram pensados, mas antes espaços em contínua interação e interdependentes.

Por um lado, “muitas áreas rurais dependem economicamente das atividades urbanas, seja por meio da venda de produtos agrícolas para os consumidores urbanos, do fornecimento de mão de obra para indústrias urbanas ou da prestação de serviços relacionados com o turismo. Ao mesmo tempo, as áreas urbanas dependem, frequentemente, dos recursos naturais e produtos agrícolas provenientes das regiões rurais, como água potável, alimentos, energia e matérias-primas. A produção agrícola, por exemplo, é muitas vezes realizada em áreas rurais e fornece alimentos para as populações urbanas” (Ciro e Peláez, 2012).

Por outro lado, as áreas rurais frequentemente dependem das infraestruturas e serviços urbanos, como hospitais, escolas, transportes público e acesso à internet. Ao mesmo tempo, as áreas urbanas podem depender de infraestruturas rurais para a produção de energia, por exemplo, proveniente de parques eólicos ou centrais hidroelétricas em regiões rurais.

A interdependência urbano-rural está também relacionada com os desafios ambientais, que devem ser partilhados. A gestão sustentável dos recursos naturais, a preservação de ecossistemas e a mitigação das mudanças climáticas são questões que afetam tanto áreas urbanas quanto rurais, e exigem a cooperação para soluções eficazes.

A terceira dimensão reflete que viver no espaço rural atualmente envolve uma experiência mais diversificada do que simplesmente trabalhar no campo, como antigamente se pensava. Ao longo do tempo, o contributo da agricultura, da exploração florestal e das pescas para as regiões rurais diminuiu, tanto em termos económicos como de emprego, para 12 % de todos

¹ Comissão Europeia (2022), “Knowledge Centre on Migration and Demography (KCMD) Data Portal”. Disponível em: [KCMD Web Portal \(europa.eu\)](https://eumigration.eu/kcmd/) (Acesso a 7 de fevereiro de 2024).

os postos de trabalho e 4 % do valor acrescentado bruto na UE (Comissão Europeia, 2021). Paralelamente, aumentou o peso dos serviços (por exemplo, turismo, lazer), assinalando uma mudança estrutural em muitas economias rurais.

Além da agricultura praticada nestes territórios, as comunidades rurais têm vindo a diversificar-se economicamente, através do turismo, empresas locais e até mesmo através do trabalho remoto para empresas urbanas. De facto, o acesso facilitado à internet e televisão a que se assistiu nas últimas décadas possibilitaram a transformação do meio rural permitindo que as pessoas destas áreas tenham acesso fácil a informações e entretenimento que antes eram exclusivos das áreas urbanas, tendências culturais, como notícias, filmes e músicas, que influenciam os estilos de vida e valores. Desta forma, o acesso à internet de alta velocidade permite que os residentes nos territórios rurais se conectem com o mundo exterior, acessem a mais informações, educação online, oportunidades de emprego remoto e até mesmo serviços à distância, como é o caso dos serviços do Estado, cada vez mais informatizados.

A globalização, por seu lado, tem um impacto significativo na uniformização dos modos de vida entre os territórios urbanos e rurais, uma vez que assistimos, em todo o lado, à disseminação de ideias, valores, tendências culturais e padrões de consumo através dos meios de comunicação de massa, como a televisão, a internet e as redes sociais, contribuindo, desta forma, para a convergência de comportamentos e estilos de vida. A padronização de produtos, serviços e ambientes comerciais é uma tendência global que afeta tanto áreas urbanas quanto rurais. Grandes cadeias de supermercados, restaurantes de *fast food* e marcas globais têm presença tanto em áreas urbanas quanto rurais, oferecendo produtos e experiências semelhantes nos diferentes contextos.

Assim, embora ainda existam diferenças significativas entre o meio rural e o meio urbano, existe, cada vez mais, uma tendência para a uniformização dos modos de vida e valores entre estes territórios.

1.1.2 Desvantagens do espaço rural

As regiões rurais e de baixa densidade, são económica e socialmente desfavorecidas, com menos oportunidades de educação e emprego quando comparadas às regiões urbanas, “*A ruralidade tornou-se cada vez mais uma posição estigmatizada, sinónimo de noções de ‘desvantagem’.*” (Farrugia, 2020).

As mudanças sociais e económicas das últimas décadas, incluindo a globalização e a urbanização, estão a alterar o papel e a natureza das zonas rurais, que também são afetadas pelo declínio e pelo envelhecimento da população. Em 1950 a população rural correspondia a 43% da população da UE, enquanto em 2020 correspondia apenas a 38%². Muitos europeus estão preocupados com a erosão das infraestruturas e da prestação de serviços nas zonas rurais, incluindo o acesso a cuidados de saúde, serviços sociais e educação, bem como a serviços postais e bancários. Outras preocupações manifestadas dizem respeito à redução das oportunidades de emprego e à possível quebra nos rendimentos nas zonas rurais ou à conectividade limitada em termos de transporte e digital (Comissão Europeia, 2021).

“As áreas rurais afastadas dos grandes centros urbanos apresentam características muito diferentes ao nível da paisagem, encontrando-se associadas a graves problemas, tais como o envelhecimento demográfico, o despovoamento, o baixo nível de instrução e qualificação da mão-de-obra, a oferta insuficiente de serviços e equipamentos e o baixo nível de vida da população.” (Nogueira, 2021, p.34)

O limitado acesso a serviços pode ser considerado uma desvantagem destes territórios, uma vez que a falta de acesso a serviços essenciais, como de saúde, educação, transporte público, ou o encerramento de escolas, postos de correios, tribunais e a diminuição de número de freguesias, tornam as populações rurais mais frágeis, e pode resultar em viagens mais longas para obter serviços básicos ou em serviços de qualidade inferior (Almeida, 2019).

Quando comparadas com as áreas urbanas, as áreas rurais, geralmente, oferecem menos opções em termos de entretenimento, cultura e atividades de lazer, como teatros, restaurantes, museus e eventos culturais. As comunidades rurais tendem a valorizar a proximidade com a natureza, a comunidade e um ritmo de vida mais lento. No entanto, a exposição à cultura global através da internet e da televisão está a influenciar gradualmente esses valores. Viver no espaço rural apresenta desafios, como o acesso limitado a serviços e infraestruturas, mas também oferece oportunidades, como a qualidade de vida, uma comunidade forte e a conexão com a natureza. A capacidade de adaptação e inovação é essencial para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mundo contemporâneo.

Muitas vezes, as áreas rurais têm uma economia mais limitada, com menos oportunidades de emprego em comparação com as áreas urbanas, o que pode conduzir a dificuldades na procura de emprego, em particular o qualificado, e salários mais baixos. A falta de diversidade

² Comissão Europeia (2022), “Knowledge Centre on Migration and Demography (KCMD) Data Portal”. Disponível em: [KCMD Web Portal \(europa.eu\)](https://eumigration.eu/kcmd/) (Acesso a 7 de fevereiro de 2024).

de setores económicos significa a diminuição das opções de emprego para a população rural, ao contrário do que acontece no meio urbano, onde se encontram fixadas empresas e empregadores dos mais variados setores e com salários competitivos. Assim, no meio rural, predominam os empregos relacionados com o setor terciário, predominantemente, e, muitas vezes, as Câmaras Municipais são os principais empregadores (Almeida 2021). A globalização, que intensificou o êxodo rural e o crescimento das áreas metropolitanas (Cordovil, 1997), deslocalizou as indústrias existentes, até então, nas áreas rurais, pois a mão de obra deixou de existir nestes territórios.

Assim, muitas áreas rurais enfrentam o desafio do êxodo rural, sendo caracterizadas pela baixa densidade populacional, em que os jovens migram para as áreas urbanas à procura de melhores oportunidades de emprego, resultando na diminuição da população ativa e, portanto, na diminuição da procura por empregos locais. Também significa que há menos consumidores locais para sustentar negócios e empregos, resultando em menos empresas/negócios e, conseqüentemente, em menos oportunidades de emprego. Desta forma, estas regiões perdem importância em termos eleitorais, conseqüência da deslocalização de indústrias e do envelhecimento da população – perda do papel produtivo e da população ativa – diminuindo o significado social, económico e político destes territórios (Almeida, 2019). Desde que a agricultura deixou de ser a principal atividade do meio rural, e com a globalização e deslocalização das indústrias, o emprego nestes territórios diminuiu ainda mais, conduzindo à migração/êxodo rural (Almeida, 2021).

Camarero (2020) menciona a existência de quatro círculos viciosos: o declínio demográfico, a falta de acessibilidade, a formação deficiente e o mercado de trabalho precário. Como conseqüência da perda populacional e do envelhecimento, as atividades primárias e agroindustriais são abandonadas, comércios, serviços e equipamentos públicos são fechados, as paisagens agrícolas degradam-se, os incêndios aumentam, etc. e, por sua vez, atrativos são perdidos tanto para a própria população residente quanto para uma possível imigração de retornados e de população estrangeira ou forasteira que possa compensar as perdas demográficas.

Estas tendências demográficas, aliadas à falta de conectividade, aos desafios em termos de infraestruturas e de produtividade e ao baixo acesso a serviços públicos, nomeadamente de educação e de prestação de cuidados, podem contribuir para a menor atratividade das zonas rurais como locais para viver e para trabalhar (Comissão Europeia, 2021).

No estudo “Desertificação em Portugal: Incidência no Ordenamento do Território e no Desenvolvimento Urbano”, os especialistas chegaram à conclusão de que: “as zonas sujeitas

a processos de desertificação são, habitualmente, zonas em que se formam círculos viciosos de desinvestimento: economias deprimidas conduzem a um abandono dos agentes económicos que, por sua vez, conduzem a uma diminuição das possibilidades de emprego e, conseqüentemente, a um progressivo despovoamento. Este processo é habitualmente acompanhado de uma crise de valores identitários da região que vê assim diminuída a sua autoestima” (Fernandes, in Público, 2004).

“A população rural que ingressa na idade ativa, neste caso os jovens rurais, enfrentam dificuldades para construir seu projeto de vida no campo e cada vez mais busca melhores condições de vida nos centros urbanos” (Puntel et al, 2011, p.3)

Os jovens que vivem em regiões rurais sentem limitações devido à falta de recursos e estratégias que criam enormes constrangimentos, quando comparadas com os centros urbanos. As regiões rurais são, frequentemente, caracterizadas por menores oportunidades ao nível da educação e emprego para os jovens que, na maioria das vezes, se veem obrigados a trocar as suas regiões pelas zonas urbanas na procura de melhores oportunidades para o seu futuro, sendo a mobilidade uma tendência por parte dos jovens. Acresce que o meio rural é retratado por desigualdades territoriais quando comparado com as zonas mais urbanas e industrializadas, comprometendo o desenvolvimento das regiões e, conseqüentemente, as oportunidades, nomeadamente educativas ou de participação de jovens (Ribeiro, 2023).

“A fixação dos jovens nas suas regiões, o seu emprego dependem muito da sua inserção a nível local e na sua falta os jovens procuram alternativas, nas grandes cidades, em regiões de turismo sazonal ou noutros países, ficando as suas zonas de origem cada vez mais desertificadas” (Cavaco, 2004, p.7).

Um estudo realizado Rede Espanhola de Desenvolvimento (2022) salientou que a juventude rural está a tornar-se cada vez menos numerosa e mais heterogénea, sofrendo com o abandono escolar persistente apesar do maior acesso ao ensino superior, além de enfrentar dificuldades para a emancipação e acesso à habitação. Além do mais, enfrenta problemas de acesso ao mercado de trabalho - o que é especialmente acentuado nas áreas rurais - e sofre em grande medida com êxodo em direção às cidades. Em conclusão, o estudo reconhece a necessidade de melhorar a qualidade de vida e a igualdade de oportunidades para a juventude rural espanhola (Fernández et al, 2023).

Existe um profundo desequilíbrio demográfico nos territórios de baixa densidade³, reflexo do contínuo despovoamento, em especial o abandono por parte da juventude para outras regiões, que tem como consequência o envelhecimento da população (Mauritti et al, 2019). Como resultado, o meio rural dos países mais desenvolvidos enfrenta o desafio de garantir a sustentabilidade social de sua população como um todo, onde a juventude desempenha um papel-chave, sendo a migração dos jovens a principal expressão da contração das comunidades rurais e das economias locais. Isto porque, *“diferentemente dos jovens do ambiente urbano, os do ambiente rural sentem falta de oportunidades de trabalho e emprego.”* (Furlani e Bomfim, 2010, p.55).

1.1.3 Atratividade no espaço rural

A atratividade do meio rural refere-se à capacidade das áreas rurais de atrair e reter residentes, investimentos e atividades económicas, bem como proporcionar uma qualidade de vida desejável aos seus habitantes. Essa atratividade pode ser influenciada por diversos fatores, incluindo o acesso a serviços básicos, infraestruturas, oportunidades de emprego, qualidade ambiental, custo de vida, acesso a lazer e cultura, além do sentido de comunidade e identidade local. A melhoria da atratividade do meio rural é frequentemente um objetivo de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional, visando garantir um equilíbrio entre as áreas urbanas e rurais e promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Renato do Carmo (2009) admite que “o espaço rural se caracteriza essencialmente pela noção de proximidade (entre o local de residência e o local de trabalho, entre a proximidade física e a proximidade afetiva), que advém, sobretudo, do baixo nível de densidade populacional”. O meio rural diversificou-se e oferece novas funcionalidades além da produção

³ Territórios de baixa densidade são áreas não só de baixa densidade demográfica, que deriva, principalmente, do envelhecimento da população conduzindo ao esvaziamento destas áreas, mas também de baixa densidade relacional, ou seja, com um nível reduzido de interações quer entre pessoas, quer entre instituições. São características destes territórios a proximidade e ligação das zonas rurais aos grandes centros urbanos limitada e pouco frequente, apesar da boa acessibilidade; o número reduzido de entidades dinamizadoras de desenvolvimento rural, o que compromete a competitividade destes territórios; os baixos níveis de interação entre pessoas e as instituições que geram uma baixa participação nos processos de tomada de decisão e instituições; um tecido empresarial carenciado; tecido empresarial modesto, com pouca capacidade inovadora e de investimento, aliada essencialmente a uma economia dependente de atividades tradicionais; um sistema produtivo e de criação de valor fraco, aliado a uma fraca capacidade de iniciativa e de inovação. Esta multiplicidade de problemas estruturais condiciona o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, culminando no despovoamento e dispersão territorial, no aumento do défice socioeconómico e sociocultural e no enfraquecimento do capital territorial (Mota, 2019). Em 2015, surge em Portugal uma classificação geográfica oficial dos territórios de baixa densidade, apresentada pela Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do ‘Portugal 2020’ (Deliberação n.º 55/2015), assente numa abordagem multicritério que considerava a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e acessibilidades como indicadores de territórios de baixa densidade (Deliberação n.º 55/2015).

agrícola, como atividades relacionadas com o turismo, com o lazer e novas modalidades de trabalho, como o remoto, que podem contribuir, juntamente com o processo de periurbanização – processo de expansão da ocupação territorial descontínua e difusa às margens de áreas urbanas, que levam à marginalização por intermédio da desconcentração demográfica e pelo envelhecimento – para a atratividade do espaço rural (Carmo, 2009).

O custo de vida mais baixo no meio rural é frequentemente apresentado como um fator importante de atratividade para muitas pessoas. Existem várias razões pelas quais o custo de vida tende a ser mais baixo nessas áreas em comparação com as áreas urbanas. No caso da habitação, por exemplo, os preços das casas e o custo de aluguer são, geralmente, mais baixos no meio rural⁴. Também os custos relacionados com a manutenção de uma casa, como serviços públicos, impostos sobre a propriedade e custos de manutenção são, por norma, inferiores no meio rural, uma vez que os Municípios destas regiões tendem a oferecer mais apoios aos seus munícipes⁵.

A conexão com a natureza é um outro fator significativo de atratividade para muitas pessoas que optam por viver no meio rural. A proximidade geográfica do espaço rural com ambientes urbanos pode ser atrativa para quem deseja viver em lugares tranquilos e procura ter um maior contacto com a natureza e um estilo de vida mais sustentável, considerado por vezes até um meio de vida “alternativo” (Lindner et al, 2009). A proximidade com ambientes naturais oferece uma série de benefícios físicos, emocionais e psicológicos, contribuindo para uma melhor qualidade de vida. O meio rural muitas vezes oferece um ambiente mais calmo e tranquilo, longe do barulho e da agitação das áreas urbanas. Na ótica do êxodo rural, a população rural desloca-se intensamente para os centros urbanos à procura de mais e melhores oportunidades. No entanto, e em oposição, é cada vez mais comum que a população dos grandes centros urbanos procure recuperar um estilo de vida mais próximo da natureza, voltando aos espaços rurais, ou proximidades, adquirindo uma nova perceção do campo (Lindner et al, 2009). Nesta interpretação, o rural só é valorizado “pelo aproveitamento de oportunidades consequência das necessidades dos cidadãos, os quais, enquanto desejam fugir do stress da vida urbana, procuram momentos de paz e sossego” (Kieling & Silveira, 2015).

⁴ Idealista (2023), “Quanto custa comprar casa em cada município? Este mapa responde”. Disponível em: [Este mapa mostra os preços das casas por município — idealista/news](#) (Acesso a 25 de janeiro de 2024)

⁵ ECO (2021), “Quer morar no interior do país? Descubra os municípios que oferecem mais apoios”. Disponível em: [Quer morar no interior do país? Descubra os municípios que oferecem mais apoios – ECO](#) (Acesso a 25 de janeiro de 2024)

A relação entre a atratividade do meio rural e a qualidade de vida é significativa, pois a qualidade de vida para os seus habitantes pode influenciar diretamente a atratividade de uma região rural. Quando uma área rural oferece condições que contribuem para uma boa qualidade de vida, como acesso a serviços básicos de saúde e educação, infraestrutura adequada, oportunidades de emprego, segurança, qualidade ambiental, bem como acesso a atividades de lazer e cultura, ela torna-se atrativa. Uma área rural atrativa pode proporcionar um ambiente mais tranquilo e próximo à natureza, o que pode contribuir para o bem-estar emocional e físico dos residentes. Além disso, a presença de uma comunidade forte e coesa, juntamente com oportunidades de participação cívica e social, pode promover um senso de pertencimento e conexão, o que é fundamental para a qualidade de vida. Portanto, a melhoria da atratividade do meio rural geralmente está associada à promoção de uma melhor qualidade de vida para os seus habitantes, sendo uma preocupação central em políticas públicas e estratégias de desenvolvimento rural.

Qualidade de vida é definida como a medida em que as necessidades humanas objetivas são satisfeitas em relação às percepções pessoais ou grupais do bem-estar subjetivo (Costanza et al, 2006). As necessidades humanas são necessidades básicas de subsistência, reprodução, segurança, afeto, etc. O bem-estar subjetivo é avaliado pelas respostas individuais ou grupais a perguntas sobre felicidade, satisfação com a vida, utilidade ou bem-estar. A relação entre necessidades humanas específicas e a satisfação percebida com cada uma delas pode ser afetada pela capacidade mental, contexto cultural, informação, educação, disposição e outros fatores, muitas vezes de formas bastante complexas. Simultaneamente, para Sofia Silva (2021), a qualidade de vida inclui referências a lugares tranquilos e seguros, ar puro, contacto com a natureza e maior liberdade (Silva et al, 2021).

Os jovens podem ser atraídos para o meio rural por muitos dos mesmos motivos já referidos, como a qualidade e o baixo custo de vida e/ou a proximidade com a natureza, bem como por razões relacionadas com a sua própria fase da vida, como começar a criar família. De facto, o meio rural pode oferecer um ambiente mais propício e atraente em comparação com áreas urbanas, com mais segurança e tranquilidade, vastos espaços ao ar livre para as crianças brincarem e uma sensação de comunidade, onde as pessoas se conhecem, apoiam e ajudam-se mutuamente, ou mesmo quando a rede familiar se encontra neste meio, como constatado no estudo realizado por Rosa Fernandes (2014, pp. 60).

Apesar de a juventude rural abandonar os seus territórios rumo aos centros urbanos de forma a procurar melhores condições de vida e oportunidades – como referido no ponto anterior – estes vêm-se confrontados com a vontade de permanecer devido à forte ligação que têm com a sua região e com a importância da família nas suas vidas, demonstrando, desta

forma, que o sentimento de pertença é um fator importante na escolha de ir ou de ficar (Ribeiro, 2023). “Os laços com a família, o forte apreço por suas regiões de origem, os fatores de qualidade de vida e as tradições culturais estão entre os principais motivos aos quais os jovens se referem quando pensam em ficar ou voltar” (Silva et al, 2021, p.16).

Ana Lúcia Ribeiro (2023) desenvolveu um estudo de forma a entender os movimentos de retorno dos jovens às suas regiões de origem após a sua formação no Ensino Superior, tendo os resultados apontado para a preocupação demonstrada pelos jovens adultos relativos às oportunidades de vida nas suas regiões pautada pela falta de oportunidades de trabalho e de educação, o que se traduziu no imperativo de mobilidade. Contudo, com o forte sentimento de pertença à sua região, pela ligação com a Natureza, a tranquilidade, a proximidade com os seus amigos e família, levou a que os jovens adultos tivessem regressado à sua comunidade em determinado momento das suas vidas e estejam a desenvolver o local a nível económico, social e cultural. Nesta ótica, a importância do papel dos jovens no desenvolvimento das suas regiões implica garantir condições sociais, materiais e oportunidades, que possibilitem, a quem o pretende, regressar às suas regiões de origem com um futuro de qualidade.

De outra perspetiva, através do sentimento de pertença a determinado lugar, para alguns jovens o meio rural pode representar um retorno às suas raízes familiares e afetivas, especialmente para aqueles que cresceram em áreas rurais e desejam continuar a tradição familiar ou regressar à sua terra para junto da família e amigos, “(...) *as ligações encontradas entre o sentimento de comunidade e a satisfação de vida são mais evidentes em pequenos contextos territoriais e comunitários.*” (Elvas e Moniz, 2010, p.453).

1.2 O sistema urbano

1.2.1 Atratividade do espaço urbano

São vários e diversos os fatores que levam à decisão de viver numa cidade ou em ambiente urbano, influenciados pelas preferências individuais e pessoais. Desde oportunidades de emprego até qualidade de vida, os fatores que tornam as cidades atrativas são multifacetados e refletem as complexidades da vida moderna. Assim, a atratividade é um fenómeno de urbanização que envolve uma variedade de disciplinas, como arquitetura, economia, geografia, turismo, psicologia e estudos urbanos (Choi, 2020). A atratividade das cidades depende inevitavelmente das perceções dos seus residentes sobre

a qualidade urbana, isto é, as suas infraestruturas, habitação ou áreas verdes (Kourit et al., 2020).

Neste contexto, é importante reconhecer que os fatores de atratividade das cidades são altamente variáveis e podem variar significativamente entre indivíduos e grupos sociais. Enquanto alguns podem ser atraídos para as cidades devido às oportunidades económicas e de emprego que estas oferecem, outros podem priorizar aspetos culturais, educacionais ou de estilo de vida. Ainda, as características específicas de cada cidade, como as suas infraestruturas, a economia local, a cultura e o clima, desempenham um papel fundamental na determinação de sua atratividade para diferentes pessoas. A perceção de um espaço como atrativo dependerá de cada pessoa, sendo que cada um terá uma ideia diferente. Choi (2020) define a atratividade urbana como *“a capacidade de uma cidade de manter uma qualidade decente de condição urbana para os seus residentes”*.

No âmbito do estudo em questão, o espaço urbano torna-se atrativo colmatando as desvantagens do espaço rural. Isto é, as desvantagens do mundo rural, como a falta de emprego especializado, são corrigidas pelas características das cidades, onde podemos encontrar o que falta no meio rural, como empresas capazes de reter quadros qualificados, um ambiente multicultural e acesso rápido a bens de consumo (como nos vários centros comerciais dispersos pelas grandes cidades). Desta forma, podemos constatar que o êxodo rural constitui uma “fuga” em relação às desvantagens do meio rural e uma “procura/busca” pelas vantagens do espaço urbano.

Pelo facto das grandes cidades terem sido os locais privilegiados para a localização das atividades económico-industriais, estas permitiram que se tornassem grandes pólos de atração populacional provocando o abandono de várias localidades, nomeadamente rurais, por parte da população e, conseqüentemente, o abandono da sua história, usos, costumes e modos de vida na perspectiva de atingirem níveis de vida considerados superiores. Assiste-se, então, ao abandono e marginalização do mundo rural.

Os jovens, em especial, tendem a ser atraídos por diversos fatores específicos quando elegem a cidade para viver, desenvolver as suas carreiras profissionais e estilos de vida. Estes fatores, juntamente com outros aspetos específicos das preferências individuais, influenciam significativamente a atratividade de uma cidade para os jovens e desempenham um papel importante nas suas decisões de onde viver e trabalhar. O mundo rural, para os jovens, ainda é visto como inferior e desvantajoso em comparação com o urbano, nomeadamente em termos de inacessibilidade ao ensino superior, oferta cultural e desportiva ou diversidade de serviços (Ribeiro, 2023).

Primeiramente, os jovens tendem a mudar-se para as cidades quando iniciam a sua vida acadêmica, pois é nestes polos urbanos que se encontram as universidades que proporcionam a esta faixa etária acesso a uma educação de qualidade e oportunidades de desenvolvimento acadêmico e profissional, tornando-se um imperativo de mobilidade, se pretenderem dar continuidade aos seus estudos.

Terminada esta fase da vida, chega a altura de inserção no mercado de trabalho e, mais uma vez, é nas cidades que os jovens encontram mais e melhores oportunidades de emprego e que vão de encontro aos seus percursos académicos. São também as cidades que oferecem oportunidades de emprego em setores como o da tecnologia, comunicação ou inovação, que são especialmente atrativos para esta fase etária. Assim, as oportunidades de emprego e carreira desempenham um papel fundamental na atratividade de uma cidade para os jovens, pois oferecem a perspetiva de crescimento profissional, desenvolvimento de competências e realização pessoal em setores dinâmicos e em constante evolução.

Ballas, Clarke e Stabler (2004) conduzem um estudo sobre como os mercados de trabalho locais influenciam os padrões migratórios, oferecendo uma perspetiva crucial sobre a relação entre as oportunidades de emprego e os deslocamentos residenciais. O estudo revela que as condições do mercado de trabalho têm um impacto significativo nas decisões de migração, com indivíduos tendendo a deslocar-se para áreas onde as oportunidades de emprego são mais abundantes. Deste modo, a disponibilidade de empregos é um fator determinante na atração ou repulsão de residentes, afetando diretamente os padrões migratórios regionais. Em regiões com um mercado de trabalho robusto e diversificado, como no contexto urbano, há uma tendência de atração de indivíduos que procuram melhores oportunidades profissionais. Por outro lado, áreas com menos oportunidades de emprego, como o ambiente rural, enfrentam desafios em reter residentes e atrair novos indivíduos.

Adicionalmente, a vida cultural e as opções de entretenimento são fatores de interesse e atratividade para os jovens, pois oferecem oportunidades de experiências diversificadas de lazer e enriquecimento cultural. A presença de teatros, cinemas, galerias de arte, espaços de diversão noturna, concertos e eventos culturais, é um fator importante que torna uma cidade atrativa para os jovens, oferecendo uma ampla variedade de opções de entretenimento. Essas opções de entretenimento oferecem uma variedade de experiências que não só proporcionam diversão e lazer aos jovens, mas também contribuem para o seu desenvolvimento pessoal e enriquecimento cultural e contribuem para uma comunidade vibrante e diversificada.

1.2.2 Handicaps do espaço urbano

No ponto anterior verificou-se que viver em meio urbano tem várias vantagens, como acesso a uma variedade de serviços, oportunidades de emprego, diversidade cultural e atividades de lazer. No entanto, também há várias desvantagens associadas a esse estilo de vida. Assim, torna-se necessário focar nos fatores que afetam as decisões dos residentes atuais de permanecer ou deixar uma cidade e que, desta forma, afetam a migração.

É nas cidades que se encontra a maioria da população mundial e a expectativa será para aumentar a população residente nestas áreas. Em 1950, só 30% dos humanos residiam em meio urbano, em 2018 já 55% da população mundial vivia em cidades. Segundo as projeções, o meio urbano poderá concentrar 68% de todos os habitantes do planeta em 2050 - valores veiculados pela ONU. Foi em 2007 que, pela primeira vez na história, a população rural foi ultrapassada pela população urbana no mundo. A urbanização define a distribuição espacial da população mundial e é uma das quatro megatendências demográficas, junto com o crescimento da população global, o envelhecimento populacional e a migração internacional (World Urbanization Prospects, 2018).

As cidades que se encontram a perder a sua população apresentam um contexto particular, associado a condições de vida menos atrativas e níveis mais baixos de satisfação residencial em comparação com outros contextos urbanos (Barreira et al, 2013). Desta forma, não são apenas os fatores económicos que influenciam a decisão de ficar ou de abandonar as cidades, mas fatores como os laços sociais ou o apego ao local onde se vive foram considerados importantes para o indivíduo decidir a sua residência (Guimarães et al, 2016).

O elevado e desordenado crescimento urbano tem colocado uma pressão contínua sobre os recursos, as infraestruturas e os equipamentos, afetando, por vezes negativamente, os padrões de vivência das populações que vivem nas cidades, produzindo um impacto profundo no ambiente global, quer em termos de consumo de recursos, quer em termos de produção de resíduos e poluição.

Champion (2001) explora as dinâmicas de crescimento e declínio urbano, delineando os processos de urbanização, suburbanização, contra-urbanização e reurbanização. O autor fornece uma visão abrangente sobre como as cidades experimentam ciclos de expansão e contração, influenciados por fatores económicos, sociais e demográficos. A urbanização refere-se ao crescimento das cidades e à concentração de população urbana, impulsionado por uma combinação de fatores económicos, sociais e demográficos, que incluem a procura por oportunidades de trabalho, a disponibilidade de serviços e as infraestruturas desenvolvidas. À medida que as cidades se expandem, experimentam um aumento na

densidade populacional e na complexidade dos seus sistemas urbanos. A suburbanização descreve a expansão das áreas suburbanas, à medida que os indivíduos e as famílias procuram espaços residenciais mais amplos e com um custo de vida relativamente mais baixo em comparação com o centro das cidades. Este processo é frequentemente associado à procura por melhores condições de vida e à qualidade ambiental mais favorável das áreas suburbanas. A contra-urbanização, por outro lado, refere-se ao movimento de pessoas das áreas urbanas para zonas rurais ou periféricas. Este fenómeno ocorre quando os habitantes das cidades procuram uma melhor qualidade de vida e uma redução no custo de vida, frequentemente motivados pelo congestionamento urbano, pelos altos preços de habitação e poluição. A contra-urbanização é vista como uma resposta à saturação e aos desafios das áreas metropolitanas, oferecendo uma alternativa mais tranquila e acessível. Finalmente, a reurbanização descreve o retorno das pessoas para as áreas urbanas após um período de deslocamento para subúrbios ou áreas rurais. Este processo pode ocorrer quando as condições urbanas melhoram, oferecendo novas oportunidades de emprego, melhores serviços e uma revitalização das zonas urbanas. A reurbanização pode ser impulsionada por esforços de regeneração urbana e pela procura de conveniência e acessibilidade que as áreas urbanas oferecem.

Tal como analisado no ponto 1.1.3, o sentimento de pertença é desenvolvido pelos jovens ao longo da sua vida, seja com a família, amigos, ou o território, pelo que o que os jovens sentem para com a sua região é algo a ter em conta na atração, ou manutenção, de jovens para o meio rural, *“As políticas de desenvolvimento devem ser integradas, levando sempre em consideração as realidades e particularidades de cada território, que aparecem expressas na consciência da sua população (sentimento de pertença).”* (Freitas, 2008, p.92).

O Youth Strategy (União Europeia, 2019-2027), vem reforçar este entendimento da grande importância à participação dos/as jovens, nomeadamente através da criação de espaços onde os jovens possam exercer o seu direito de participação democrática para garantir o desenvolvimento pessoal, cultural e político, de forma a assegurar que o/a jovem possa continuar no campo, sem necessitar de migrar para os grandes centros urbanos com o objetivo de continuar os seus estudos e ver garantidos espaços de sociabilidade e mais serviços, entre outros.

O relatório da ESPON (2013) apresenta uma análise detalhada do impacto das políticas territoriais no desenvolvimento regional. Este estudo é essencial para compreender como diferentes tipos de políticas podem influenciar a migração e o crescimento das regiões. O documento examina como as estratégias de políticas públicas voltadas para o

desenvolvimento rural e a melhoria das infraestruturas podem afetar as decisões de migração e contribuir para a revitalização de áreas menos favorecidas. O relatório enfatiza a importância de implementar políticas que promovam um crescimento equilibrado e sustentável, de forma a reduzir as disparidades regionais e melhorar a qualidade de vida em áreas menos desenvolvidas. A análise das políticas territoriais revela como investimentos em infraestruturas e serviços podem estimular a atração de novos residentes e apoiar o desenvolvimento económico local.

Também o relatório da OCDE (2016) explora a importância das regiões produtivas para a criação de sociedades inclusivas e equitativas. O documento aborda como as políticas regionais podem desempenhar um papel crucial na redução das disparidades entre áreas urbanas e rurais, promovendo o desenvolvimento económico e a inclusão social. A análise sublinha a necessidade de políticas que abordem as diferenças regionais em termos de oportunidades económicas e qualidade de vida. A OCDE destaca que as regiões produtivas são essenciais para a criação de sociedades inclusivas, pois oferecem as bases para o desenvolvimento económico e a melhoria das condições de vida. O relatório defende que a harmonização do crescimento regional e a redução das desigualdades são possíveis através da implementação de políticas que considerem as especificidades locais e promovam o desenvolvimento integrado.

Posto isto, é necessário promover a participação dos jovens uma vez que esta sua pertença à comunidade leva a que se sintam indispensáveis e cruciais no desenvolvimento do seu território, fazendo com que queiram permanecer ou voltar para os seus contextos de origem (Ribeiro, 2023).

Em jeito de conclusão deste primeiro capítulo, e no contexto da pesquisa em causa neste trabalho, podemos constatar que são indispensáveis ações de forma a garantir que os jovens têm acesso aos recursos necessários ao seu desenvolvimento, independentemente do local geográfico onde se encontrem. Desta forma, tem de existir uma preocupação, e conseqüente ação, relativamente à questão territorial, evitando que os jovens que habitam em meio rural, ou que o desejam fazer, não estejam limitados ou obrigados à mobilidade, tendo de sair das suas regiões de forma a procurar oportunidades e melhores condições de vida, quer seja a nível de emprego, cultura ou educação. Para tal, é necessário garantir que os jovens têm acesso aos recursos necessários para o seu desenvolvimento a nível de formação e emprego, evitando, deste modo, a deslocação dos jovens para as zonas urbanas.

1.3 Políticas de desenvolvimento regional: atração de jovens para o interior desde 2015

1.3.1 Medidas de atração de jovens para o interior

Como verificámos anteriormente, o interior do País depara-se com um cenário de despovoamento e abandono em relação à zona litoral, em especial no que aos jovens diz respeito. Desta forma, os sucessivos governos têm colocado este ponto na agenda, formulando políticas de combate a esta realidade, de forma a atrair habitantes para as regiões do interior do País, em especial a população mais jovem. Nos últimos anos, o governo português tem desenvolvido e implementado diversas medidas para atrair jovens a viver e trabalhar no interior do país. Estas iniciativas visam combater a desertificação e promover o desenvolvimento económico e social dessas regiões. A seguir, destacam-se algumas das principais medidas adotadas.

EMPREGO INTERIOR MAIS — MOBILIDADE APOIADA PARA UM INTERIOR SUSTENTÁVEL

DESTINATÁRIOS

Desempregados e empregados à procura de novo emprego.

OBJETIVOS

- Incentivar a mobilidade geográfica no mercado de trabalho;
- Criar condições favoráveis para a fixação em territórios do interior de desempregados e empregados à procura de novo emprego que celebrem contrato de trabalho ou criem o seu próprio emprego ou empresa, combatendo as disparidades regionais e estimulando a coesão territorial.

INSTRUMENTOS/APOIOS

Apoio financeiro

- 6 vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), pela celebração de contrato de trabalho por conta de outrem ou criação do próprio emprego ou empresa, em local situado em território do interior e que implique mudança de residência.

Majoração do apoio

- O apoio financeiro é majorado em 20% por cada elemento do agregado familiar do destinatário que o acompanhe na mudança de residência, até um limite de 3 vezes o valor do IAS.

Apoio complementar

- Pode ainda ser concedido um apoio complementar para comparticipação dos custos de transporte de bens para a nova residência, com o limite de 2 vezes o valor do IAS.

RESULTADOS

A medida Emprego Interior Mais recebeu 3.629 candidaturas, das quais aprovou 1.698 (46,7%). A aprovação das candidaturas implicou a deslocação para zonas do interior de 3.032 pessoas, incluindo as famílias dos beneficiários, tendo os apoios atribuídos totalizado 6.086.905,74 euros.

+CO3SO EMPREGO INTERIOR

DESTINATÁRIOS

Micro, pequenas e médias empresas e a Entidades da Economia Social.

OBJETIVOS

- Incentivos à criação de emprego, como apoios financeiros para empresas que criem postos de trabalho no interior;
- Apoios ao empreendedorismo, como financiamento;
- Apoio técnico para novos negócios e iniciativas empreendedoras, com aplicação restrita aos Territórios do Interior.

INSTRUMENTOS/APOIOS

Subvenção não reembolsável, através da comparticipação integral dos custos diretos com os postos de trabalho criados, englobando a remuneração base, acrescida das despesas contributivas da responsabilidade da entidade empregadora, bem como um apoio adicional de 40% para financiar outros custos associados.

RESULTADOS

Foram concedidos apoios à criação de postos de trabalho com a aprovação de 1.140 candidaturas no âmbito do programa +CO3SO Emprego.

PROGRAMA ESTÁGIOS ATIVAR.PT

DESTINATÁRIOS

Estudantes que decidam iniciar a sua vida profissional no interior.

OBJETIVOS

Estágios com a duração de 9 meses, não prorrogáveis, tendo em vista promover a inserção de jovens no mercado de trabalho ou a reconversão profissional de desempregados.

INSTRUMENTOS/APOIOS

Os estágios profissionais realizados na zona interior do País, terão a majoração de 15 pontos percentuais na comparticipação da bolsa paga pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), bem como a majoração em 20% do prémio ao emprego, para empresas que convertam contratos de estágio em contratos sem termos, incentivando a contratação definitiva dos jovens.

PROGRAMA DE INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE TRABALHADORES DO ESTADO NO INTERIOR

DESTINATÁRIOS

Trabalhadores do Estado.

OBJETIVOS

Incentivos à fixação de trabalhadores do Estado no interior, de natureza pecuniária e não pecuniária, nas situações de mudança ou alteração temporária do local de trabalho, para os territórios do interior, com condições especiais dirigidas às jovens famílias com filhos.

INSTRUMENTOS/APOIOS

- Atribuição de uma compensação pecuniária de carácter temporário, aos trabalhadores que se desloquem para os territórios do interior;
- Garantia de transferência escolar dos filhos de qualquer dos cônjuges ou de pessoa com quem viva em união de facto;
- O direito a dispensa de serviço, até cinco dias úteis, no período imediatamente anterior ou posterior ao início de funções no posto de trabalho;
- O aumento da duração do período de férias, em dois dias, durante o período de exercício de funções;
- O gozo de 11 dias úteis consecutivos do período de férias a que legalmente tem direito, em simultâneo com o cônjuge ou a pessoa com quem vive em união de facto;
- Apoio específico dirigido às jovens famílias com filhos, sendo considerada como condição de acesso a esse apoio serem beneficiários de abono de família ou de subsídio de parentalidade.

RESULTADOS

Apesar de 330 funcionários públicos terem manifestado interesse, até maio de 2022, apenas dez se tinham efetivamente estabelecido em concelhos do interior.

PROGRAMA REGRESSAR/ PROGRAMA TRABALHAR NO INTERIOR

DESTINATÁRIOS

Emigrantes ou familiares de emigrantes que iniciem atividade laboral em Portugal continental.

INSTRUMENTOS/APOIOS

Incrementação em 25% os apoios concedidos a emigrantes que retornem a Portugal e se instalem nos territórios do interior.

RESULTADOS

O programa Trabalhar Interior conseguiu captar 350 pessoas e, o programa Regressar, 4.370 pessoas, ou seja, 4.720 pessoas.

OBJETIVOS

Reforça os incentivos ao regresso de emigrantes com benefícios financeiros adicionais. Esta medida visa não só atrair de volta cidadãos portugueses, mas também contribuir para o desenvolvimento económico e social destas regiões.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE | MEDIDA 'VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA'

DESTINATÁRIOS

Jovens agricultores que assumam, pela primeira vez, a titularidade e a gestão de uma exploração agrícola.

OBJETIVOS

Fomentar a renovação e o rejuvenescimento das empresas agrícolas, e, ao mesmo tempo, aumentar a atratividade do setor agrícola para os jovens, podendo funcionar como uma alavanca para que estes se instalem em territórios do interior.

INSTRUMENTOS/APOIOS

A ajuda à primeira instalação, designado de prémio à instalação, assume a forma de subsídio não reembolsável. O montante do prémio à instalação é de € 20 000 por jovem agricultor, acrescido de € 5 000 no caso de o investimento na exploração ser igual ou superior a € 80 000, por jovem agricultor, e de € 5 000 no caso de o jovem agricultor se instalar em regime de exclusividade.

HABITAR NO INTERIOR

DESTINATÁRIOS

Cidadãos e suas famílias que se instalem nos territórios do interior.

OBJETIVOS

Mecanismo facilitador no plano da habitação que funcionará em articulação com o programa Chave na Mão - Programa de Mobilidade Habitacional para a Coesão Territorial (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2018, de 8 de maio).

INSTRUMENTOS/APOIOS

Criação de uma bolsa de casas para arrendamento a custos mais acessíveis para os cidadãos que venham a decidir mudar-se para o interior.

BENEFÍCIOS FISCAIS

DESTINATÁRIOS

Famílias.

OBJETIVOS

Contribuir para inverter as atuais tendências demográficas, nomeadamente através da promoção da fixação das famílias nos territórios do interior.

INSTRUMENTOS/APOIOS

Aumento do limite das deduções de encargos com arrendamento e imóveis para fins de habitação permanente. Uma vez que são dedutíveis apenas 15% dos encargos, o aumento do limite máximo constitui um incentivo muito significativo para que as famílias se mudem de forma permanente para os territórios do Interior.

BENEFÍCIOS FISCAIS

DESTINATÁRIOS

Empresas que se situem em territórios do interior.

OBJETIVOS

- Contribuir para inverter as atuais tendências demográficas que se verificam nos territórios do interior, nomeadamente através da instalação ou expansão das empresas;
- permitir a constituição de focos de desenvolvimento económico que criem emprego, ajudem a diversificar e qualificar o tecido produtivo e promovam uma maior capacidade empreendedora.

INSTRUMENTOS/APOIOS

De acordo com os últimos dados disponíveis, em 2021 (último ano completo para o qual há dados), beneficiaram da taxa reduzida de IRC para PME com direção efetiva no Interior cerca de 30 000 entidades.

Desta forma, podemos concluir que os programas e medidas criados são uma tentativa de resposta abrangente e estratégica às necessidades de revitalização das regiões interiores de Portugal. Estes apoios visam criar condições favoráveis para a fixação de novos habitantes nestas regiões, fomentando o desenvolvimento sustentável e equilibrado do País. Especificamente, as medidas dirigidas aos jovens, são parte essencial desta estratégia, ao oferecer uma combinação de incentivos financeiros, apoio ao emprego, facilitação do acesso à habitação e benefícios fiscais, tentando criar um ambiente favorável para que os jovens possam viver, trabalhar e prosperar no interior.

CAPÍTULO 2 – Análise dos resultados

Este capítulo apresenta a análise dos resultados dos dois inquéritos aplicados no âmbito desta investigação, com o objetivo de compreender as perceções e as experiências dos jovens em relação ao local de residência. O primeiro inquérito foi dirigido a jovens que atualmente residem na cidade, enquanto o segundo foi destinado a jovens que, em algum momento, residiram na cidade, mas optaram por mudar a sua residência para o interior.

Através destes inquéritos, procurou-se obter dados que permitissem identificar os fatores que influenciam as escolhas residenciais dos jovens, bem como as motivações para permanecer ou abandonar a cidade em busca de uma nova vida no interior. A análise comparativa entre os dois grupos oferece uma oportunidade para explorar as diferenças e semelhanças nas perceções, expectativas e desafios enfrentados pelos jovens em diferentes contextos geográficos.

Neste capítulo, serão apresentados, inicialmente, os dados descritivos relativos a cada grupo, seguidos de uma análise mais detalhada das respostas, procurando estabelecer relações entre variáveis demográficas e os motivos das escolhas residenciais. Por fim, a discussão dos resultados será orientada pela comparação com a literatura existente, de modo a contextualizar as descobertas no panorama mais amplo das migrações internas e das dinâmicas urbanas e rurais.

2.1 Justificação do estudo de caso, metodologia adotada e caracterização da amostra de estudo

A migração de jovens para áreas urbanas e o conseqüente despovoamento das regiões do interior constituem uma questão central nas políticas de coesão territorial em Portugal. Desde 2015, o governo português tem vindo a implementar várias medidas com o objetivo de reverter este fenómeno, procurando tornar as regiões do interior mais atrativas para os jovens. No entanto, apesar das políticas públicas em vigor, a migração juvenil continua a ser predominantemente direcionada para os grandes centros urbanos, levando a um esvaziamento gradual das áreas rurais. Dado este cenário, o presente estudo visa investigar os fatores que influenciam os jovens a permanecerem ou a mudarem-se para o interior. A importância deste tema advém do seu impacto direto no equilíbrio demográfico e no desenvolvimento socioeconómico do país, especialmente nas regiões mais despovoadas.

Embora já existam estudos sobre a migração interna em Portugal, as motivações específicas dos jovens, em particular no que diz respeito à relação entre os fatores socioeconómicos e as políticas públicas implementadas, ainda carecem de uma análise mais profunda. O presente estudo procura colmatar esta lacuna ao explorar as perceções e motivações de dois grupos de jovens: os que optam por permanecer no litoral e os que escolhem mudar-se para o interior. Assim, este estudo contribui para o conhecimento existente ao oferecer uma nova perspetiva sobre o papel das políticas públicas na retenção e atração de jovens para o interior.

O estudo foca-se em jovens que residem em Portugal, com particular ênfase nas diferenças entre os que vivem em áreas urbanas e os que optaram por mudar-se para o interior. Esta escolha permite capturar as diferenças de perceção entre aqueles que experienciam a vida nas grandes cidades e aqueles que vivenciam a realidade rural, oferecendo uma análise sobre os desafios e as oportunidades associadas a cada contexto. Ao concentrar-se em Portugal, um país caracterizado por assimetrias regionais marcadas, este estudo de caso fornece uma visão sobre as dinâmicas territoriais que influenciam as decisões de migração dos jovens. Os resultados deste estudo, ao compreender os fatores que pesam nas decisões dos jovens relativamente à escolha de residência, poderão ser úteis a entidades públicas e privadas ao delinearem iniciativas destinadas a reequilibrar o crescimento demográfico e económico do país.

A presente dissertação adota uma abordagem quantitativa para responder às questões de investigação. O estudo de caso foca-se em dois grupos principais de jovens: (1) jovens que residem em áreas urbanas, e (2) jovens que optaram por mudar-se para o interior. Esta escolha é justificada pela necessidade de comparar as motivações e perceções de ambos os grupos, permitindo uma análise contrastiva das suas experiências e expectativas.

Para a recolha de dados, foram aplicados dois inquéritos distintos, um direcionado a jovens que residem em áreas urbanas e outro a jovens que migraram para o interior. Os inquéritos foram desenhados de forma a recolher informações sobre as motivações, os desafios e as perceções destes jovens relativamente às suas escolhas de residência. As questões incluíram variáveis como qualidade de vida, oportunidades de emprego, acesso a serviços, e o papel das políticas públicas na promoção da mudança.

Os dados dos inquéritos foram analisados estatisticamente, recorrendo a técnicas descritivas e de relação. A análise descritiva permitiu caracterizar o perfil dos respondentes, enquanto a análise de relação foi utilizada para identificar possíveis relações entre as variáveis, tais como a relação entre a satisfação com a qualidade de vida e a decisão de

migrar para o interior. A amostra foi composta por 41 jovens residentes em áreas urbanas e 29 jovens que se mudaram para o interior.

2.2 Os jovens e a cidade

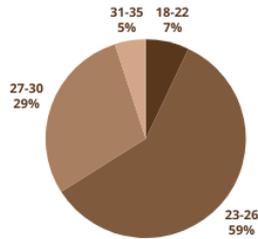
Este ponto centra-se na análise dos dados recolhidos através do inquérito dirigido aos jovens, até aos 35 anos, que atualmente residem na cidade. O objetivo principal deste inquérito foi captar as perceções, experiências e motivações destes jovens relativamente à escolha de residir num contexto urbano. Através das respostas obtidas, será possível identificar os fatores que influenciam a sua permanência na cidade, bem como as expectativas e desafios que enfrentam neste ambiente.

2.2.1 Inquérito aos jovens que residem em ambiente urbano

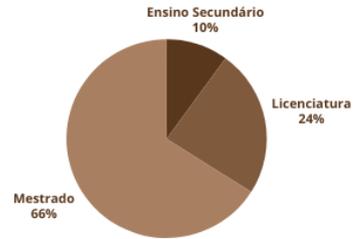
Assim, dos inquiridos, 100% da amostra é de nacionalidade portuguesa, e, no que ao género diz respeito, 68% são do feminino, enquanto 32% são do género masculino. No setor de atividade, destacamos os cinco mais representativos: Bancário e Financeiro (17.3%);

Engenharia e Indústria (15.3%); Educação e Formação (12.2%); Marketing e Publicidade (10.2%); e, Saúde e Cuidados (10.2%).

Idade



Habilitações Académicas



Sector de Atividade

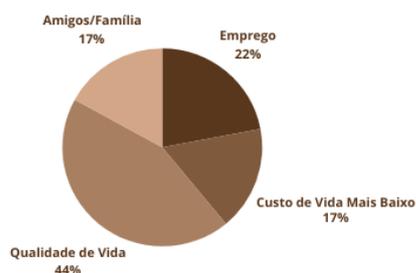


Situação Profissional

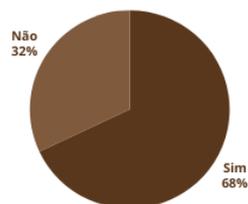


Neste contexto, 100% da amostra reside na cidade e apresenta como principal razão para continuar a residir neste meio o emprego (42%). No que aos pontos positivos de residir na cidade destacam-se a mais e melhores oportunidades de emprego (29%), a oferta diversificada de serviços (27%) e as opções de entretenimento (22%). O custo elevado de vida (30.7%), o trânsito intenso (24.8%), a poluição/ruído (16.8%) e o ambiente em ritmo acelerado (13.9%) são os principais pontos negativos de residir na cidade de acordo com os inquiridos.

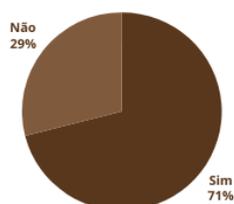
Razões para mudar a residência para o interior



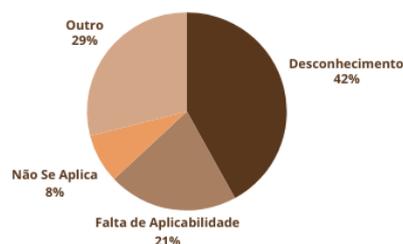
Mudança de residência para o interior caso usufrísse de apoio do Estado



O apoio seria uma motivação para a mudança

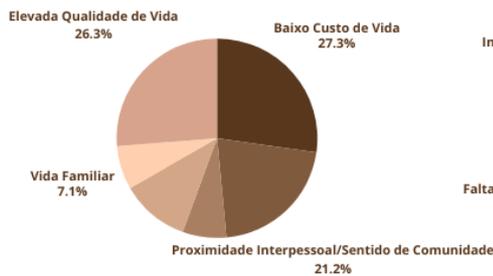


Motivo para a não mudança com apoio do Estado

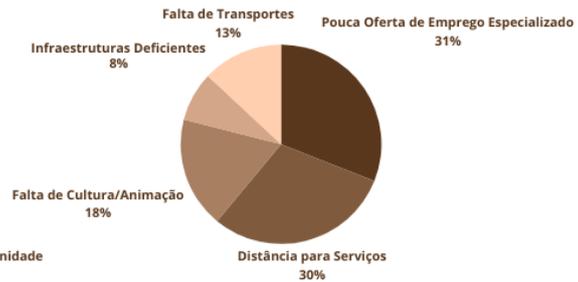


Dos inquiridos, 27% já residiu, em algum momento da sua vida, em território do interior, sendo que, neste momento, reside na cidade, enquanto 73% dos inquiridos residiu sempre em ambiente urbano. Quase metade da amostra (44%) revela que a qualidade de vida que se adquire a residir no interior seria uma das razões para deixar a cidade para trás. Igualmente, 71% considerava mudar a sua residência para o interior caso usufrísse de algum apoio do Estado para realizar esta mudança; e, 42% reconhece que se mudasse a sua residência do meio urbano para o meio rural sem usufruir de algum tipo de apoio do Estado seria por desconhecimento.

Pontos positivos de residir no interior



Pontos negativos de residir no interior



A elevada qualidade de vida (26.3%) e o baixo custo de vida (27.3%) são os dois principais pontos positivos de residir no interior para os inquiridos, que residem na cidade. Já os pontos negativos, estes consideram ser três os principais: a pouca oferta de emprego especializado (31%), a distância para serviços (30%) e a falta de cultura/animação (13%).

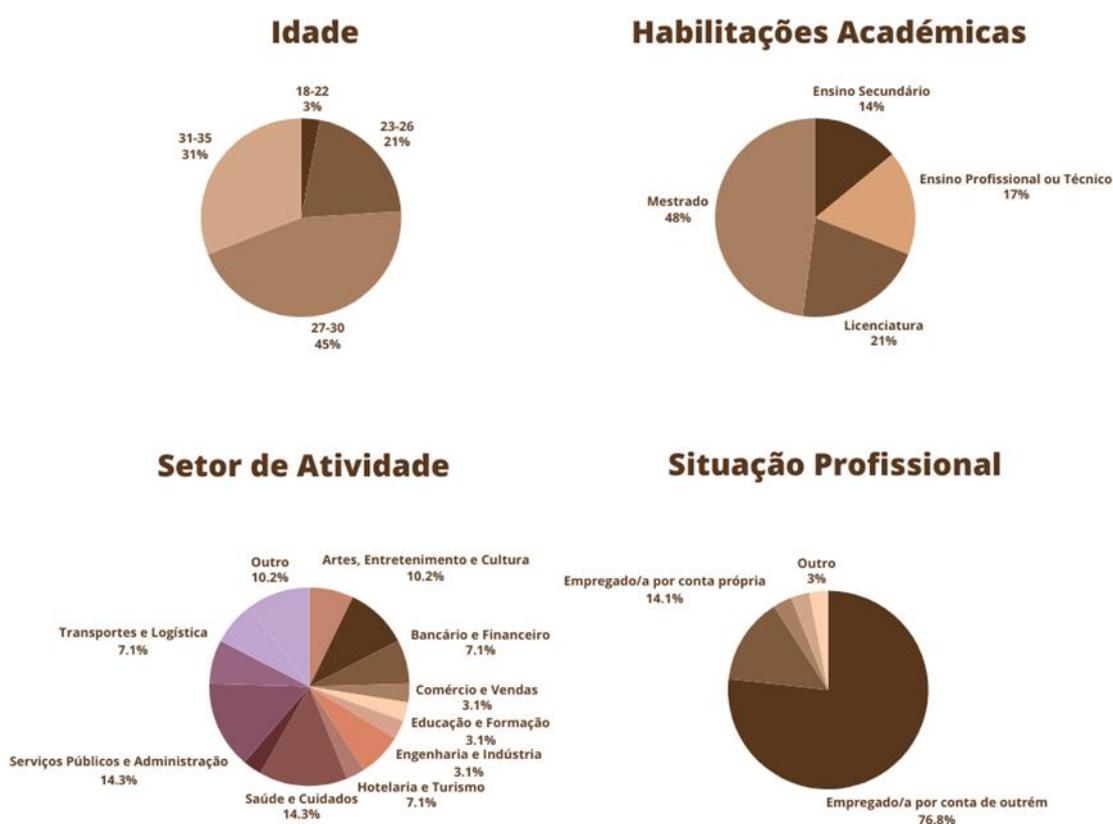
2.3 A mudança para o meio rural

Neste ponto, será analisado o inquérito dirigido aos jovens até aos 35 anos que, em algum momento, residiram na cidade e optaram por mudar a sua residência para territórios do interior. O objetivo deste inquérito foi compreender as razões que motivaram esta mudança, bem como as suas perceções sobre a qualidade de vida no interior, comparativamente ao contexto urbano.

Através das respostas recolhidas, pretende-se explorar os fatores que levaram à decisão de deixar a cidade, como o custo de vida, oportunidades profissionais, e a procura por um estilo de vida mais tranquilo. Esta análise permitirá identificar os desafios e benefícios percebidos pelos jovens que optaram por viver no interior, contribuindo para uma reflexão sobre as dinâmicas de migração interna e as suas implicações sociais e económicas.

2.3.1 Inquérito aos jovens que residiam na cidade e mudaram a residência para o interior

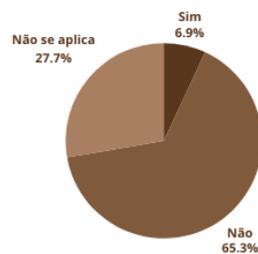
A totalidade dos inquiridos, 100%, possui nacionalidade portuguesa. Em relação ao género, 59% identificam-se como do sexo feminino, 38% como do sexo masculino, e 3% optaram por não responder. A grande maioria dos inquiridos tem idade compreendida entre os 27 e os 35 anos. Quanto ao setor de atividade, destacam-se três áreas mais representativas: Saúde e Cuidados (14.3%), Serviços Públicos e Administração (14.3%), e Artes, Entretenimento e Cultura (10.2%).



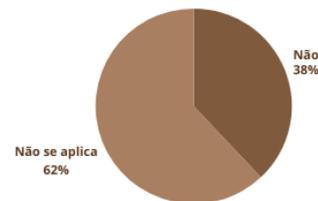
Entre os inquiridos que atualmente residem em territórios do interior, 97% já viveram na cidade. Os principais aspetos positivos que identificam na vida urbana são a diversidade de serviços disponíveis (27.3%), as maiores e melhores oportunidades de emprego (21.2%), e a variedade de opções de entretenimento (18.2%). Quanto aos aspetos negativos, destacam o trânsito intenso (24.5%), o elevado custo de vida (21.4%), a poluição e o ruído (17.3%), bem como o ritmo de vida acelerado (17.3%).

Dos inquiridos, 79% afirmam que atualmente residem no interior, enquanto os restantes 21% podem ter regressado ao ambiente urbano após uma experiência de residência no interior. No que respeita à experiência prévia com o interior, 62% já haviam residido nessas áreas antes de se mudarem definitivamente, enquanto 38% nunca tinham vivido no interior antes de realizar a mudança.

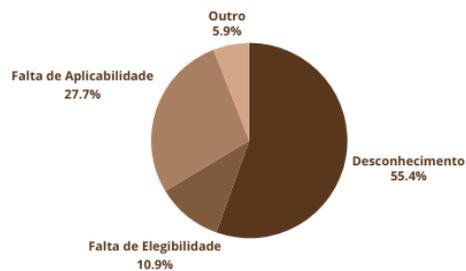
Beneficiar de apoio do Estado na mudança para o interior



Esse apoio foi motivo para realizar a mudança



Qual o motivo para o apoio do Estado não ser motivo para a mudança

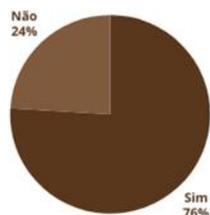


A maioria significativa da amostra, 66%, respondeu "não", e 28% indicou que a questão "não se aplica", referiu que não beneficiou de qualquer apoio do Estado na mudança, justificando a falta de usufruto desses apoios com o desconhecimento da sua existência.

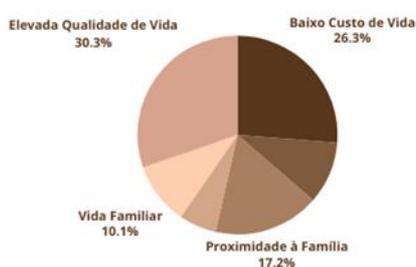
Razões para mudar a residência para o interior



Mantém a residência no interior



Pontos positivos de residir no interior



Pontos negativos de residir no interior



A qualidade de vida (28%) e o custo de vida acessível (22%) foram as principais motivações para a mudança de residência para o interior. Entre os inquiridos, 76% continuam a viver no interior. Coerentemente com as razões que levaram à mudança, a elevada qualidade de vida (30.3%) e o custo de vida reduzido (26.3%) são destacados como os principais aspetos positivos de residir no interior. Em contrapartida, a escassez de emprego especializado (29%) e a distância para os serviços (28%) são considerados os principais pontos negativos.

2.4 Comparação dos resultados dos dois inquéritos

A comparação dos resultados entre os dois inquéritos, realizados com jovens até aos 35 anos, um aos que residem na cidade e outro com jovens que mudaram a sua residência para o interior, revela diferenças significativas nas motivações, perceções e desafios enfrentados por cada grupo.

Em ambos os inquéritos, a totalidade dos participantes é de nacionalidade portuguesa. No inquérito dirigido aos jovens residentes na cidade, a amostra é maioritariamente feminina (68%), enquanto no inquérito realizado com jovens no interior, a percentagem de mulheres é

de 59%, com 38% de homens e 3% que optaram por não responder. Quanto às áreas de atividade, os jovens residentes na cidade destacam-se principalmente em setores como Bancário e Financeiro (17.3%), Engenharia e Indústria (15.3%), e Educação e Formação (12.2%). Já os jovens que se mudaram para o interior têm maior representação nos setores de Saúde e Cuidados (14.3%), Serviços Públicos e Administração (14.3%) e Artes, Entretenimento e Cultura (10.2%).

No inquérito aos jovens que residem na cidade, 42% indicam o emprego como a principal razão para permanecerem em meio urbano. Em contrapartida, os jovens que se mudaram para o interior apontam a qualidade de vida (28%) e o custo de vida acessível (22%) como as principais motivações para a mudança.

Entre os jovens que vivem na cidade, os aspetos positivos mais referidos incluem as melhores oportunidades de emprego (29%), a oferta diversificada de serviços (27%) e as opções de entretenimento (22%). Por outro lado, os jovens que residem no interior destacam a elevada qualidade de vida (30.3%) e o custo de vida reduzido (26.3%) como os maiores benefícios de viver em ambiente rural.

No contexto urbano, os principais pontos negativos apontados pelos inquiridos são o custo elevado de vida (30.7%), o trânsito intenso (24.8%) e a poluição/ruído (16.8%). No interior, os principais desafios relatados pelos jovens incluem a pouca oferta de emprego especializado (29%) e a distância para os serviços (28%).

Apesar de se encontrarem em contextos distintos, ambos os grupos mencionam limitações no emprego: na cidade, há maior oferta, mas em contrapartida há um custo de vida elevado, enquanto no interior há menos oportunidades de emprego especializado, mas o custo de vida é mais acessível.

No inquérito dirigido aos jovens urbanos, 27% já haviam vivido no interior em algum momento da vida, enquanto 73% residiram sempre na cidade. Entre os que consideram mudar-se para o interior, 44% indicam que a qualidade de vida seria o principal fator para essa mudança, e 71% considerariam mudar-se caso beneficiassem de algum apoio do Estado.

Esta comparação revela que, embora ambos os grupos tenham perceções distintas sobre a vida urbana e rural, existe uma preocupação comum com a qualidade de vida e o emprego. A cidade oferece mais oportunidades de trabalho e serviços, mas a um custo elevado, enquanto o interior é valorizado pelo seu ambiente mais tranquilo e acessível, mas apresenta limitações no mercado de trabalho especializado.

Assim, o estudo destaca a importância de políticas que possam equilibrar estas dinâmicas, promovendo o desenvolvimento do interior e garantindo melhores condições de vida para os jovens, tanto na cidade como em territórios mais afastados.

2.5 Relação entre as variáveis demográficas e as motivações para a escolha residencial

Os resultados obtidos nos inquéritos realizados permitem identificar algumas relações entre as variáveis demográficas dos participantes e os motivos que influenciam as suas escolhas residenciais, nomeadamente a preferência por residir em meio urbano ou rural. Estes padrões comportamentais revelam-se importantes para compreender a dinâmica entre o contexto de vida e os desafios enfrentados pelos jovens.

A análise das respostas aos inquéritos revela uma diferença significativa entre os géneros relativamente à escolha residencial. No inquérito dirigido aos jovens residentes na cidade, 68% da amostra é composta por mulheres, enquanto no interior, a percentagem de mulheres é de 59%, com 38% de homens e 3% que optaram por não responder à questão do género. Esta discrepância pode sugerir que há uma ligeira tendência de maior permanência feminina nas áreas urbanas.

Uma análise mais aprofundada poderia explorar se existe uma relação entre o género e os motivos para residir em meio urbano ou rural. Estudos prévios sugerem que as mulheres podem atribuir maior importância à proximidade de serviços de saúde, educação e lazer, os quais são mais facilmente acessíveis em áreas urbanas (Kearns, A., & Parkes, A., 2003). No entanto, o interior pode oferecer melhores condições de vida familiar e tranquilidade, que também são fatores valorizados por parte da população feminina, especialmente em estágios mais avançados da vida, ou para aquelas que procuram conciliar a vida pessoal com a profissional de forma mais equilibrada (Rogers, A., & Power, A., 2000).

Outro fator demográfico que influencia fortemente as escolhas residenciais dos jovens é a área de atividade profissional. No contexto urbano, os jovens inquiridos trabalham maioritariamente nos setores Bancário e Financeiro (17,3%), Engenharia e Indústria (15,3%) e Educação e Formação (12,2%). Em contraste, os jovens residentes no interior estão mais presentes em setores como Saúde e Cuidados (14,3%), Serviços Públicos e Administração (14,3%) e Artes, Entretenimento e Cultura (10,2%).

Este padrão pode refletir a concentração de certos tipos de indústrias em áreas urbanas, que requerem maior proximidade de centros financeiros e tecnológicos, justificando a

permanência desses profissionais na cidade. Em oposição, o setor da Saúde e dos Serviços Públicos tende a estar mais distribuído geograficamente, com necessidades tanto em áreas urbanas como rurais, facilitando a mobilidade para o interior (Baker, E., & O'Connor, P., 2012). A representação significativa de jovens em Artes e Entretenimento no interior pode estar relacionada com a procura de um ambiente mais inspirador e menos stressante, características geralmente associadas ao meio rural (Belfiore, E., & Bennett, O., 2007).

Os jovens que vivem na cidade indicam o elevado custo de vida (30,7%) como uma das principais desvantagens, ao passo que no interior, os benefícios mais referidos são a qualidade de vida (30,3%) e o custo de vida reduzido (26,3%). Estas perceções refletem uma relação entre a situação financeira dos jovens e a sua escolha de residência.

Uma análise mais detalhada poderá explorar se existe uma relação entre a estabilidade económica dos jovens e a sua permanência ou mudança para o interior. A literatura sugere que os jovens com menor poder de compra, ou que procuram iniciar uma vida familiar, tendem a escolher áreas com custos de vida mais acessíveis, onde podem obter melhor qualidade de vida em termos de habitação e serviços (Williams, A., 2007). Esta relação entre o rendimento e o local de residência é crucial para compreender as dinâmicas de mobilidade interna, especialmente em regiões com desigualdades socioeconómicas acentuadas.

Entre os jovens residentes na cidade, 27% já haviam vivido no interior em algum momento da sua vida. Este dado é particularmente interessante quando se constata que, entre os que consideram mudar-se para o interior, 44% indicam que a qualidade de vida seria o principal motivo para essa mudança. A experiência prévia no interior pode ser um fator relevante para a intenção de retorno a estas áreas, especialmente se essa experiência foi associada a um ambiente de vida mais tranquilo e sustentável.

A literatura aponta que os indivíduos que já experimentaram ambos os contextos (urbano e rural) têm uma perceção mais clara dos benefícios e desafios de cada ambiente, e são, muitas vezes, mais suscetíveis a considerar a mudança para o interior caso as condições de emprego ou de apoio estatal sejam adequadas (Van der Berg, L., & Louw, M., 2012). Esta tendência sugere uma relação entre a experiência de vida anterior e a intenção de migrar, reforçada pelo desejo de melhor qualidade de vida em detrimento do stress urbano.

De acordo com os inquéritos, a faixa etária mais baixa (23-26) reside em ambiente urbano, enquanto a maioria dos inquiridos que residem em territórios do interior têm entre 27 e 35 anos, o que indica que a faixa etária pode influenciar as decisões de escolha residencial. Os jovens mais próximos dos 35 anos podem estar mais focados na qualidade de vida e no estabelecimento de uma família, o que pode tornar o ambiente rural mais atraente. Em

contrapartida, os jovens mais novos tendem a valorizar a oferta de emprego, entretenimento e as oportunidades de desenvolvimento profissional proporcionadas pelo meio urbano (Harris, R., & K. M., 2006).

As relações identificadas entre as variáveis demográficas e as motivações para a escolha residencial revelam padrões importantes que ajudam a entender as decisões dos jovens relativamente ao local onde escolhem viver. Fatores como o género, a área de atividade profissional e a perceção do custo de vida demonstram influenciar significativamente estas decisões, enquanto a experiência prévia no interior e a faixa etária também parecem desempenhar um papel relevante. Estas relações sublinham a importância de políticas públicas que considerem as diferentes necessidades dos jovens em contexto urbano e rural, e que promovam um equilíbrio entre oportunidades de emprego e qualidade de vida em ambas as áreas.

2.6 Dinâmicas de migração interna: comparação das motivações e perceções dos jovens entre contextos urbanos e rurais

Os resultados dos inquéritos revelam diferenças significativas nas motivações e desafios enfrentados pelos jovens que residem na cidade e aqueles que se mudaram para o interior. A análise dessas motivações pode ser compreendida à luz da literatura existente sobre migração interna, qualidade de vida e desenvolvimento regional, oferecendo um panorama mais completo sobre as dinâmicas urbano-rurais em Portugal.

Os dados dos inquéritos revelam que 42% dos jovens residentes na cidade indicaram o emprego como o principal motivo para permanecerem em áreas urbanas. Esta evidência está em consonância com a teoria da urbanização diferencial de Geyer e Kontuly (1993), que explica como as cidades atraem jovens adultos devido às oportunidades de trabalho especializadas, especialmente em setores como Bancário e Financeiro, Engenharia e Indústria, e Educação, mencionados no inquérito.

Adicionalmente, a investigação de Ballas, Clarke e Stabler (2004) destaca como os mercados de trabalho locais desempenham um papel crucial na definição de padrões migratórios, corroborando o facto de que, para muitos jovens, a oportunidade de emprego é um fator decisivo na escolha de residência. Isso reflete o fenómeno identificado nos inquéritos, onde a cidade oferece melhores oportunidades de carreira, mas a um custo elevado, mencionado por 30,7% dos inquiridos como uma desvantagem do ambiente urbano.

Os jovens que se mudaram para o interior destacaram a qualidade de vida (28%) e o custo de vida acessível (22%) como principais motivações para a mudança. Este fenómeno é bem descrito pela teoria da contra-urbanização de Champion (2001), que argumenta que, à medida que as áreas urbanas se tornam mais densas e caras, muitos residentes optam por migrar para áreas rurais em busca de uma vida mais tranquila e acessível.

Os resultados dos inquéritos também se alinham com a análise de Halfacree e Boyle (1999) sobre a ruralidade pós-produtivista, que descreve como as áreas rurais, outrora focadas exclusivamente na agricultura, passam a ser vistas como destinos de residência e lazer. No contexto português, os jovens que optam por viver no interior valorizam o ambiente calmo e a qualidade de vida, refletindo essa mudança no significado atribuído ao espaço rural.

Apesar das vantagens apontadas pelos jovens residentes no interior, os inquéritos indicam que a falta de emprego especializado é um dos principais desafios (29%) enfrentados por quem vive em áreas rurais. Este resultado está de acordo com os estudos de Stockdale, Findlay e Short (2000), que argumentam que, embora a repopulação rural ofereça oportunidades, esta também representa uma ameaça se não forem implementadas políticas que incentivem o desenvolvimento económico sustentável nessas regiões.

A pesquisa de Cavailhès et al. (2004) também é relevante neste contexto, sugerindo que as áreas periurbanas — situadas entre a cidade e o campo — podem oferecer uma solução intermediária, combinando a tranquilidade do campo com o acesso a serviços e mercados de trabalho urbanos. No entanto, para muitos jovens no interior, a distância para serviços e a falta de infraestruturas (28% dos inquiridos) representam obstáculos significativos.

Entre os jovens urbanos, 44% afirmaram que a qualidade de vida seria o principal fator para considerar uma mudança para o interior, e 71% disseram que aceitariam mudar-se caso recebessem apoio do Estado. Estes dados indicam uma oportunidade para a implementação de políticas públicas que incentivem a migração para o interior, um ponto apoiado pela OCDE (2016) e pelo relatório da ESPON (2013), que enfatizam a importância de políticas regionais focadas na redução das disparidades entre áreas urbanas e rurais.

Além disso, o conceito de contra-urbanização discutido por Champion (2001) sugere que, com o devido apoio, o êxodo urbano pode ser uma estratégia eficaz para revitalizar áreas rurais e melhorar a qualidade de vida das populações jovens, sem comprometer o seu acesso a empregos e serviços essenciais.

A análise dos resultados sugere que, embora as áreas urbanas continuem a oferecer oportunidades de emprego mais diversificadas, os custos elevados de vida e os desafios

como trânsito e poluição levam muitos jovens a considerar alternativas no interior. Por outro lado, o interior oferece uma qualidade de vida superior, mas enfrenta desafios em termos de emprego especializado e acesso a serviços. A OECD (2016) e o relatório ESPON (2013) sublinham a importância de políticas públicas que equilibrem essas disparidades, promovendo o desenvolvimento sustentável das áreas rurais e a criação de mercados de trabalho mais diversificados.

A implementação de incentivos fiscais, melhoria de infraestruturas, e políticas de apoio ao emprego especializado no interior podem ser soluções viáveis para atrair mais jovens a essas regiões, conforme sugerido por Stockdale et al. (2000). Estes incentivos podem ajudar a mitigar os desafios económicos e sociais enfrentados pelos jovens que residem ou desejam mudar-se para o interior.

Os resultados dos inquéritos, quando analisados à luz da literatura, oferecem uma compreensão mais profunda das motivações e desafios enfrentados pelos jovens nas suas escolhas residenciais. As teorias de contra-urbanização e urbanização diferencial oferecem uma base teórica sólida para discutir os padrões de migração interna em Portugal, enquanto as investigações sobre a repopulação rural e a ruralidade pós-produtivista ajudam a explicar o interesse crescente pelas áreas rurais. No entanto, os desafios identificados — particularmente no que diz respeito ao emprego especializado no interior — exigem intervenções políticas direcionadas para garantir o desenvolvimento equilibrado e sustentável de ambos os contextos.

Conclusão

Esta dissertação procurou responder à questão central: quais são os fatores decisivos para os jovens optarem por mudar para o interior? A análise desenvolvida ao longo deste trabalho revelou a complexidade dos fatores que influenciam as decisões dos jovens e destacou a importância das políticas públicas na criação de condições favoráveis para atrair e fixar população jovem nos territórios do interior.

No Capítulo I, a revisão da bibliografia sobre os contextos urbano e rural demonstrou que, enquanto as áreas urbanas oferecem oportunidades de emprego, acesso a serviços e uma vida cultural mais dinâmica, os territórios rurais são frequentemente associados a uma maior qualidade de vida, custo de habitação mais acessível e um ritmo de vida mais tranquilo. Contudo, as desvantagens de residir no interior, como a falta de emprego especializado e a menor oferta de serviços, continuam a representar barreiras significativas à fixação dos jovens.

Adicionalmente, este Capítulo explorou as medidas implementadas desde 2015 para atrair jovens para o interior, destacando as políticas de incentivos financeiros, apoio à habitação, e programas de empreendedorismo. Embora estas medidas tenham obtido resultados positivos em alguns casos, a sua eficácia depende de uma conjugação de fatores, incluindo o acesso a oportunidades de emprego sustentável e especializado e a melhoria de infraestruturas e serviços públicos nos territórios rurais.

Os inquéritos realizados e analisados no Capítulo II forneceram uma visão prática das experiências e percepções dos jovens que se mudaram para o interior e daqueles que continuam a viver nas zonas urbanas. Os dados indicam que, embora os fatores económicos sejam determinantes, aspetos relacionados com a qualidade de vida e o ambiente têm um peso crescente nas motivações dos jovens migrantes. Por outro lado, aqueles que permanecem nas áreas urbanas valorizam a estabilidade de emprego e a oferta cultural e de serviços, embora reconheçam o elevado custo de vida como um desafio significativo. Estes resultados vieram reforçar as evidências encontradas no Capítulo 1, sustentando, deste modo, a bibliografia sobre esta temática.

Os resultados dos inquéritos revelaram que a maioria dos jovens nunca usufruiu dos apoios do Estado para a mudança de residência da cidade para o meio rural, sendo o desconhecimento a principal razão apontada para tal. Entre os jovens que atualmente residem na cidade, uma significativa parcela indicou que esses apoios seriam um incentivo relevante para considerarem a mudança para o interior. No entanto, caso não viessem a usufruir dos mesmos, o desconhecimento continuaria a ser o principal obstáculo. Este cenário sugere que

as medidas de apoio carecem de uma comunicação mais eficaz e direcionada, de modo a atingirem os públicos-alvo e, assim, cumprirem o seu propósito de incentivar verdadeiramente os jovens a optarem por viver em territórios do interior.

Este trabalho contribui para a compreensão das dinâmicas migratórias dos jovens em Portugal, em especial no que respeita à migração para os territórios do interior. As políticas públicas desempenham um papel crucial na criação de condições atrativas, sendo necessário continuar a desenvolver políticas que respondam às necessidades dos jovens, nomeadamente no campo do emprego, por um lado apontado como a principal razão para os jovens permanecerem a residir na cidade e, por outro lado, considerado um dos principais pontos negativos de residir no interior. Assim, políticas públicas que visem a criação de melhores e mais ofertas de emprego especializado em territórios do interior pode ser um incentivo a que mais jovens mudem a sua residência para estes locais. Os inquiridos de ambos os estudos referiram, ainda, que a qualidade de vida e o custo de vida acessível são pontos positivos de residir no interior, sendo mesmo considerados, pelos jovens que residem em ambiente urbano, como as principais motivações para mudarem a sua residência para territórios do interior.

Como limitações deste estudo destaca-se a especificidade das amostras dos inquéritos realizados aos jovens migrantes para os territórios do interior e aos jovens residentes em áreas urbanas, que podem não representar a totalidade da realidade migratória em Portugal.

Estudos futuros poderão aprofundar a análise de diferentes faixas etárias e perfis profissionais, bem como investigar o impacto de novas políticas que estejam a ser implementadas. Será também relevante avaliar as estratégias de fixação a longo prazo e os seus resultados nos territórios do interior.

Em conclusão, os fatores que motivam os jovens a mudar-se para o interior são diversos e interligados, e as políticas públicas revelam-se fundamentais para a criação de territórios atrativos. No entanto, a sustentabilidade destas medidas dependerá da capacidade de criar condições estruturais e oportunidades que assegurem a fixação a longo prazo.

Bibliografia

- Abramovay, R. (1994). A dualização como caminho para a agricultura sustentável. *Est. Econ., São Paulo*, v. 24 (especial), 157-182. Disponível em:
- Abramovay, R. (1999). O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, 4(2), 379-397. Disponível em: [Vista do O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural \(usp.br\)](#)
- Abramovay, R. (2003). O futuro das regiões rurais (1ª ed.). Editora da UFRGS.
- Almeida, M. A. P. (2019). As novas paisagens rurais e a sua sustentabilidade social. *Franclim Castro e Sousa, José Dantas Lima Pereira, Marcelino de Sousa Lopes (Eds.). A animação sociocultural, território rural, património, turismo, envelhecimento e desenvolvimento comunitário: estratégias, recursos e métodos de combate ao despovoamento. Intervenção - Associação para a Promoção e Divulgação Cultural*. Disponível em: [Repositório do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa: As novas paisagens rurais e a sua sustentabilidade social \(iscte-iul.pt\)](#)
- Almeida, M. A. P. (2021). Despovoamento e Desigualdades Territoriais: Evolução, História e Responsabilidade do Poder Local. *28th APDR Congress*, 106-114. Disponível em: [conferenceobject_83732.pdf \(iscte-iul.pt\)](#)
- Baker, E., & O'Connor, P. (2012). Urban-rural health service disparities and mobility trends. *Health & Place*, 18(4), 1133-1142. <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2012.06.003>
- Ballas, D., Clarke, G., & Stabler, M. (2004). Measuring the impact of local labour markets on migration patterns in Britain. *Environment and Planning A*, 36(2), 195-212.
- Barreira, A. P., Nunes, L. C., Guimarães, M. H., & Panagopoulos, T. (2019). Satisfied but thinking about leaving: The reasons behind residential satisfaction and residential attractiveness in shrinking Portuguese cities. *International Journal of Urban Sciences*, 23(1), 67-87. <https://doi.org/10.1080/12265934.2018.1447390>
- Belfiore, E., & Bennett, O. (2007). Rethinking the role of culture in regeneration. *International Journal of Cultural Policy*, 13(2), 213-229. <https://doi.org/10.1080/10286630701201674>
- Camarero, L. (2020). Despoblamiento, baja densidad y brecha rural: un recorrido por una España desigual. *Panorama Social*, 31, 47-73. Disponível em: [Panorama-Social-31 Luis Camarero.pdf \(uned.es\)](#)
- Castle, E. N. (1998). A Conceptual Framework for the Study of Rural Places. *American Journal of Agricultural Economics*, 80(3), 621–631. <https://doi.org/10.2307/1244569>
- Castells, M. (2009). Front Matter. In *The Power of Identity*, M. Castells (Ed.). <https://doi.org/10.1002/9781444318234.fmatter>
- Castells, M. (2002). Urban Sociology in the Twenty-First Century. *Cidades- Comunidades e Territórios*, 5, 9. <http://hdl.handle.net/10071/3376>
- Castells, M., & Borja, J. (1996). As cidades como atores políticos. *Novos Estudos*, 45, 152-166. Disponível em: [CASTELLS, Manuel BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Novos Estudos. CEBRAP N.º 45, julho 1996. \(pp.152-166\)_0.pdf \(forumeja.org.br\)](#)

- Cavaco, C. (2004). Desafios do desenvolvimento rural. Notas de leitura. *Finisterra*, 39(78). <https://doi.org/10.18055/Finis1510>
- Cavailhès, J., Peeters, D., Sekeris, E., & Thisse, J. F. (2004). The periurban city: Why to live between the suburbs and the countryside. *Regional Science and Urban Economics*, 34(6), 681-703.
- Champion, A. G. (2001). Urbanization, suburbanization, counterurbanization, and reurbanization. In *Handbook of urban studies* (pp. 143-156). Sage Publications.
- Choi, H. (2020). Ph.D. Dissertation of Public Policy Urban Quality Follows the Rules of Bureaucracy: Urban Attractiveness, Bureaucracy, and Regulation. <http://dcollection.snu.ac.kr/common/orgView/000000162502>
- Comissão Europeia. (2021). Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE – Para zonas rurais mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas, até 2040.
- Comissão Europeia. (2022). Knowledge Centre on Migration and Demography (KCMD) Data Portal. [KCMD Web Portal \(europa.eu\)](https://kcmd.europa.eu)
- Cordovil, F. (1997). Desenvolvimento rural e conservação do campo. *Dinâmia – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica Working Paper*. <http://hdl.handle.net/10071/471>
- Costanza, R., et al. (2007). Quality of life: An approach integrating opportunities, human needs, and subjective well-being. *Ecological Economics*, 61, 267-276. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2006.02.023>
- Carmo, R. M. (2009). A construção sociológica do espaço rural: Da oposição à apropriação. *Sociologias*, (21), 252–280. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100011>
- ECO (2021), “Quer morar no interior do país? Descubra os municípios que oferecem mais apoios”. Disponível em: [Quer morar no interior do país? Descubra os municípios que oferecem mais apoios – ECO](#) (Acesso a 25 de janeiro de 2024)
- Elvas, S. S. N. V., & Moniz, M. J. V. (2010). Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. *Análise Psicológica*, 451-464. <http://hdl.handle.net/10400.12/270>
- ESPON (European Spatial Planning Observation Network). (2013). Avaliação do Impacto Territorial das Políticas. Programa ESPON.
- Farrugia, D. (2020). Class, place and mobility beyond the global city: stigmatisation and the cosmopolitanisation of the local. *Journal of Youth Studies*, 23(2), 237-251. <https://doi.org/10.1080/13676261.2019.1596236>
- Fernandes, A. (2004). Combater os Ciclos Viciosos de desinvestimento. Público. Disponível em: [Combater os ciclos viciosos de desinvestimento | DESTAQUE | PÚBLICO \(publico.pt\)](#) (Acesso a 25 de janeiro de 2024)
- Fernandes, R. (2014). Jovens Rurais: Futuros Urbanos? : motivações e constrangimentos na decisão e ficar ou partir. *Universidade de Coimbra*. <https://hdl.handle.net/10316/27620>
- Freitas, C. G. (2008). Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul. *Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS*. Disponível em: [Microsoft Word - Versão Fi\[1\].. \(ucdb.br\)](#)

- Furlani, D., & Bomfim, Z. A. (2010). Juventude e afetividade: tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos. *Universidade Federal de Ceará, Fortaleza, Brasil*. 50-59. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100007>
- Geyer, H. S., & Kontuly, T. (1993). A theoretical foundation for the concept of differential urbanization. *International Regional Science Review*, 15(2), 157-177.
- González-Fernández, M., Montero-Logroño, I., & Águila-Díaz, J. (2023). Políticas hacia la población o para la despoblación? Los dilemas de la juventud rural. *RECERCA. Revista De Pensament I Anàlisi*, 28(1). <https://doi.org/10.6035/recerca.6495>
- Guimarães, M., Nunes, L., Barreira, A., & Panagopoulos, T. (2016). What makes people stay in or leave shrinking cities? *An empirical study from Portugal. Europeans Planning Studies*, 24(9), 1684–1708. <https://doi.org/10.1080/09654313.2016.1177492>
- Halfacree, K. H., & Boyle, P. J. (1999). Migration, Rurality, and the Post-Productivist Countryside. In *Migration and Restructuring in the UK*. Routledge.
- Harris, R., & McDonald, K. (2006). Urban attractions for young professionals: The role of employment and leisure. *Urban Studies*, 43(12), 2357-2372.
- Hervieu, B., & Viard, J. (1996). *Au bonheur des campagnes (et des provinces)*. Paris: L'Aube. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ruralia/22>
- Idealista (2021), “Governo de olhos postos no interior do país: 4.720 pessoas já se transferiram, diz ministra”. Disponível em: [Portugueses mudam-se para o interior — idealista/news](https://www.idealista.com/pt/noticias/2021/07/13/governo-de-olhos-postos-no-interior-do-pais-4720-pessoas-ja-se-transferiram-diz-ministra) (Acesso a 13 de julho de 2024)
- Idealista (2023), “Quanto custa comprar casa em cada município? Este mapa responde”. Disponível em: [Este mapa mostra os preços das casas por município — idealista/news](https://www.idealista.com/pt/noticias/2023/01/25/quanto-custa-comprar-casa-em-cada-municipio-este-mapa-responde) (Acesso a 25 de janeiro de 2024)
- Kearns, A., & Parkes, A. (2003). The role of quality of life factors in residential mobility: Evidence from the United Kingdom. *Urban Studies*, 40(8), 1567-1589. <https://doi.org/10.1080/0042098032000104554>
- Kieling, R. I., & Silveira, R. L. (2015). O Rural, o Urbano e o Continuum Urbano-rural no Contexto do Desenvolvimento Regional. *PERSPECTIVA, Erechim*. V. 39, n. 148, 133-143. https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_540.pdf
- Kourtit, K., Nijkamp, P., & Wahlström, M. H. (2020). How to make cities the home of people – a ‘soul and body’ analysis of urban attractiveness. *Land Use Policy*. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104734>
- Lindner, M., & Wandscheer, E. A. R. (2010). Manifestações das ruralidades em pequenos municípios gaúchos: o exemplo da Quarta Colônia de Imigração Italiana. *Revista Campo-Território*, 5(9 Fev.), 147–165. <https://doi.org/10.14393/RCT5911960>
- Mauritti, R., Nunes, N., Alves, J. E., & Diogo, F. (2019). Social inequalities and development in Portugal: A look at the regional scale and the low density territories. *Sociologia on line. Revista da Associação Portuguesa de Sociologia*, (19), 102-126. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2019.19.5>

- Ribeiro, A. L. C. (2023). Sentimento de pertença e desenvolvimento local: jovens em contextos de baixa densidade e rurais. *Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Universidade do Porto*. <https://hdl.handle.net/10216/150841>
- Rogers, A., & Power, A. (2000). Housing and the gendered geography of family life. *Urban Studies*, 37(5), 833-851. <https://doi.org/10.1080/00420980050009009>
- Serra, I. (2013). Desenvolvimento Rural Sustentável - Uma Perspetiva Participada. Dissertação de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/7010>
- Silva, A. M. Da. (2009). Atratividade e dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo. *Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 28-60. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18676/000731477.pdf>
- Silva, S. M. da, Silva, A. M., Cortés-González, P., & Braziené, R. (2021). Learning to leave and to return: mobility, place, and sense of belonging amongst young people growing up in border and rural regions of mainland Portugal. *Sustainability*, 13(16), 9432. <https://doi.org/10.3390/su13169432>
- Sirgy, M. J., Gao, T. & Young, R. F. (2008). How Does Residents' Satisfaction with Community Services Influence Quality of Life (QOL) Outcomes?. *Applied Research Quality Life* 3, 81–105. <https://doi.org/10.1007/s11482-008-9048-4>
- Sirgy, M. J., Rahtz, D. R., Cicic, M., & Underwood, R. (2000). A method for assessing residents' satisfaction with community based services: A quality of life perspective. *Social Indicators Research*, 49(3), 279–316. <https://doi.org/10.1007/s11482-008-9048-4> ([apa.org](https://doi.org/10.1007/s11482-008-9048-4))
- Sousa, P. (2010), As Encruzilhadas do Despovoamento: interior, jovens e emprego: o caso do Concelho de Castro Daire. *Dissertação de mestrado em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 38-53. <https://hdl.handle.net/10316/14474>
- Stockdale, A., Findlay, A., & Short, D. (2000). The repopulation of rural Scotland: Opportunity and threat. *Journal of Rural Studies*, 16(2), 243-257.
- The European Union Youth Strategy 2019-2027 (2018). Official Journal of the European Union, C 456. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2018:456:FULL>
- Tugault Y. (1998), Insee — Les campagnes et leurs villes. *Population*, 53^e année, n°4, 885-886. https://www.persee.fr/doc/pop_0032-4663_1998_num_53_4_6949
- Van der Berg, L., & Louw, M. (2012). Urban-rural migration patterns and regional development. *Urban Studies*, 49(12), 2675-2692
- Vaz, D. (2004), As Cidades do Interior e as Estratégias Ausentes. *Cidades – Comunidades e Territórios* n°8. <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9186>
- Vaz, D. & Nofre, J. (2018). Conhecimento, criatividade, e novas dinâmicas urbanas: Repensar os territórios de baixa densidade em Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 49, 77-88. <https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/12203519/49.5.pdf>

Williams, A. (2007). The social and economic drivers of housing choice. *Urban Studies*, 44(2), 297-313.

FONTES

Apoio Jovens Agricultores (2015). Disponível em: [Jovem Agricultor – AJAP](#)

Decreto-Lei n.º 40/2020, de 17 de julho. Disponível em: [Decreto-Lei n.º 40/2020 | DR \(diariodarepublica.pt\)](#)

Estágios ATIVAR.PT (2024). Disponível em: [86eccea4-6d78-4d08-97fb-75556ac4ad02 \(iefp.pt\)](#)

Guia Fiscal do Interior (2023). Disponível em: [Guia Fiscal do Interior.pdf \(portaldasfinancas.gov.pt\)](#)

Medida Emprego Interior MAIS – Mobilidade Apoiada para Um Interior Sustentável (2020). Disponível em: [1bcb74cf-83b3-4f74-87b4-2dcfd7fbaf38 \(iefp.pt\)](#)

Programa Chave na Mão (2019). Disponível em: [Chave na Mão - Portal da Habitação \(portaldahabitacao.pt\)](#)

Programa Porta 65 Jovem (2022). Disponível em: [Porta 65 Jovem - Portal da Habitação \(portaldahabitacao.pt\)](#)

Programa '+CO3SO' (2020). Disponível em: [db_cic_06_2020_regulamento_co3so_ns.pdf \(portugal2020.pt\)](#)

Programa 'Trabalhar no Interior' (2020). Disponível em: [programa-trabalhar-no-interior-pdf.aspx \(portugal.gov.pt\)](#)

Programa Regressar (2019). Disponível em: [Apoio ao regresso de emigrantes - IEFP, I.P.](#)

Programa de Valorização do Interior (2020). Disponível em: [revisao-do-programa-de-valorizacao-do-interior-pdf.aspx \(portugal.gov.pt\)](#)

Anexos

Anexo I – Inquérito aos jovens que residem em ambiente urbano

Caracterização do(a) inquirido(a):

- Idade
- Género
- Habilitações escolares
- Profissão
- Situação na profissão
- Setor de atividade

A CIDADE/LITORAL	<p>A1 – Reside na cidade/litoral? (Sim/Não)</p> <p>A2 – Já residiu na cidade/litoral? (Sim/Não)</p> <p>A3 – Porque se mantém a residir na cidade/litoral? (Assinalar os mais importantes)</p> <ul style="list-style-type: none">• Emprego• Vida social• Família / Amigos• Oferta diversificada de serviços• Transportes• Outro (s) <p>A4 – Quais os pontos positivos? (Assinalar os mais importantes)</p> <ul style="list-style-type: none">• Opções de entretenimento• Oferta diversificada de serviços (restauração, vestuário, entre outros)• Mais e melhores oportunidades de emprego• Oferta académica• Transportes públicos• Acesso a cuidados de saúde• Outro (s) <p>A5 – E os negativos? (Assinalar os mais importantes)</p> <ul style="list-style-type: none">• Custos elevados de vida• Poluição/ruído• Trânsito intenso
-------------------------	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de espaços verdes • Bens e serviços caros (restauração, entretenimento, entre outros) • Ambiente em ritmo acelerado • Segurança • Outro (s)
B O INTERIOR	<p>B1 – Reside no interior? (Sim/Não)</p> <p>B2 – Já residiu no interior? (Sim/Não)</p> <p>B3 – O que o levaria a mudar a sua residência para o interior? (Assinalar os mais importantes)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Emprego • Custo de vida mais baixo • Qualidade de vida • Amigos / família • Outro (s) <p>B2 – E se usufruísse de algum apoio do Estado na mudança? (Sim/Não)</p> <p>B3 – Esse apoio poderia ser uma motivação para realizar a mudança? (Sim/Não)</p> <p>B4 – Se não, qual o motivo?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento • Falta de elegibilidade • Falta de aplicabilidade? • Outro (s)
C RESIDÊNCIA NO INTERIOR	<p>C1 – Quais acha que são os aspetos positivos de residir no interior? (Assinalar os mais importantes)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixo custo de vida • Proximidade interpessoal /sentido de comunidade • Proximidade à família • Sentimento de segurança • Vida familiar • Elevada qualidade de vida • Outro (s) <p>C2 – E os negativos? (Assinalar os mais importantes)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco emprego especializado • Distância para serviços (como hospitais) • Falta de cultura / animação • Infraestruturas deficientes

	<ul style="list-style-type: none">• Falta de transportes• Outro (s)
--	--

Anexo II – Inquérito aos jovens que mudaram a sua residência do meio urbano para o meio rural

Caracterização do(a) inquirido(a):

- Idade
- Género
- Habilitações escolares
- Profissão
- Situação na profissão
- Setor de atividade

Dados a recolher: Representações dos jovens que mudaram a sua residência para o interior:	
A CIDADE/LITORAL	<p>A1 – Reside na cidade/litoral? (Sim/Não)</p> <p>A2 – Já residiu na cidade/litoral? (Sim/Não)</p> <p>A3 – Quais os pontos positivos de residir no espaço urbano? (Assinalar os mais importantes)</p> <ul style="list-style-type: none">• Opções de entretenimento• Oferta diversificada de serviços (restauração, vestuário, entre outros)• Mais e melhores oportunidades de emprego• Oferta académica• Transportes públicos• Acesso a cuidados de saúde• Outro (s)

	<p>A4 – E os negativos? (Assinalar os mais importantes)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Custos elevados de vida • Poluição/ruído • Trânsito intenso • Falta de espaços verdes • Bens e serviços caros (restauração, entretenimento, entre outros) • Ambiente em ritmo acelerado • Segurança • Outro (s)
<p>B A MUDANÇA</p>	<p>B1 – Reside no interior? (Sim/Não)</p> <p>B2 – Já residiu no interior? (Sim/Não)</p> <p>B3 – Mudou a sua residência do litoral/cidade para o interior? (Sim/Não)</p> <p>B4 – Usufruiu de algum apoio do Estado na mudança? (Sim/Não)</p> <p>B5 – Em caso afirmativo, esse apoio foi uma motivação para realizar a mudança? (Sim/Não)</p> <p>B6 – Se não, qual o motivo?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento • Falta de elegibilidade • Falta de aplicabilidade? • Outro (s) <p>B7 – Quais as razões para a mudança de residência? (Assinalar os mais importantes)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualidade de vida • Custo de vida • Proximidade interpessoal /sentido de comunidade • Saturação da vida na cidade/litoral

	<ul style="list-style-type: none"> • Teletrabalho • Proximidade à família e amigos • Outro (s)
<p>C RESIDÊNCIA NO INTERIOR</p>	<p>C1 – Mantém a sua residência no interior? (Sim/Não)</p> <p>C2 – Quais os pontos positivos de residir no interior? (Assinalar os mais importantes)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixo custo de vida • Proximidade interpessoal /sentido de comunidade • Proximidade à família • Sentimento de segurança • Vida familiar • Elevada qualidade de vida • Outro (s) <p>C3 – E os negativos? (Assinalar os mais importantes)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco emprego especializado • Distância para serviços (como hospitais) • Falta de cultura / animação • Infraestruturas deficientes • Falta de transportes • Outro (s)